

**AÇÃO EDUCATIVA: ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO**  
**PROJETO DE PESQUISA: AVALIAÇÃO DO PRONERA**

**RELATÓRIO FINAL**

**O PROJETO DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR POPULAR,  
NO ENSINO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO, EM ÁREAS DE  
REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE**

**Prof. Dr. Eliano Sérgio Lopes – NPPCS/UFS**  
**Coordenador da Pesquisa**

**Aline Barbosa de Araújo – NPGE/UFS**  
**Pesquisadora**

ARACAJU (SE), MARÇO DE 2004.

## SUMÁRIO

	Página
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>1 – METODOLOGIA UTILIZADA E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA .....</b>	<b>6</b>
<b>2 – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PRONERA EM SERGIPE .....</b>	<b>10</b>
<b>3 – A PROPOSTA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR POPULAR.....</b>	<b>12</b>
<b>4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>6 – BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>47</b>
<b>7 ANEXOS</b>	
- FOTOS .....	49
- TABELAS DA PESQUISA DE CAMPO .....	51

## INTRODUÇÃO

O Estado de Sergipe, localizado na Região Nordeste do Brasil, e com 21,9 mil km<sup>2</sup> de área territorial, tem uma população de 1, 8 milhões de habitantes, dos quais 71.4 % residem na zona urbana e 28,6 % no meio rural (IBGE - Censo Demográfico 2000).

Nos últimos 20 anos, a política de assentamentos rurais executada pelo Governo Federal, através do INCRA, levou à criação de 109 núcleos de “reforma agrária”, onde residem atualmente, segundo a Superintendência do órgão em Sergipe, 5.469 famílias de ex-agricultores sem terra – a grande maioria, trabalhadores rurais e filhos de camponeses com pouca terra. (Mapa 1 )

Insuficiente para atender a demanda potencial existente, estimada em algo próximo a 30 mil famílias de sem-terra, assistiu-se, durante esse período, a formação de inúmeros acampamentos, a partir de ocupações feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em diversas regiões do estado, com maior concentração no semi-árido. Em janeiro de 2004 existiam 70 acampamentos, com presumidas 9.210 famílias (Superintendência do INCRA/SE, 11 de fevereiro de 2004).

No que tange à escolarização, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, apontavam para uma taxa de analfabetismo da ordem de 25,2% entre a população com 15 anos ou mais, residente em Sergipe em 2000, o que correspondia a quase o dobro da taxa encontrada para o Brasil (13,6%).

Especificamente sobre os assentamentos rurais, o I Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA, realizado em 1996, mostrava que 22,1% dos assentados eram analfabetos, índice que pode-se considerar subestimado, haja vista a inclusão, entre os 44,2% considerados alfabetizados, de um grande número de pessoas que mal sabiam assinar o nome ou comumente agrupadas na categoria “sabe ler e escrever”. Em pesquisas feitas em vários assentamentos rurais sergipanos, por estudiosos da questão agrária,, a taxa de analfabetismo nos assentamentos variava de 35% a 42%.(Lopes, 1997).

Na tentativa de enfrentar esse problema, desde 1995 o Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), através do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização (NEPA), executa, em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEX, e em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Projeto de Educação de Jovens e Adultos, em Áreas de Assentamentos de Reforma Agrária do Estado de Sergipe.

Nesse sentido, foram empreendidas ações conjuntas de mobilização, planejamento e execução de práticas educativas, tendo em vista a capacitação e a formação de monitores/alfabetizadores para o exercício da docência, geralmente escolhidos entre os assentados/acampados ou seus filhos, com maior nível de escolaridade, porém aquém da escolaridade mínima exigida por lei para atuarem em sala de aula.

Segundo os professores do NEPA/UFS envolvidos com a educação no campo, “mesmo considerando a relevância de se trabalhar com monitores/alfabetizadores afinados com a realidade social dos seus alunos, beneficiando a atividade pedagógica do ponto de vista da linguagem, da cultura e do currículo, os limites impostos pela falta de uma formação básica tem sido um entrave no desenvolvimento de uma proposta pedagógica de alfabetização que atenda os anseios e as necessidades dos assentados .

Daí a proposta de criar, em 1997, um curso supletivo para que os monitores/alfabetizadores pudessem concluir o segundo ciclo da Educação Fundamental, numa perspectiva de trabalhar a formação básica articulando os conteúdos necessários a este nível de ensino, com uma formação pedagógica, objetivando dar mais qualidade ao trabalho docente que os mesmos vinham desenvolvendo em suas respectivas salas de aulas.

Como ação de continuidade ao processo de escolarização dos monitores alfabetizadores foi pleiteado junto ao INCRA, contando com o apoio do MST, a realização de um curso de magistério, em nível médio, buscando aliar a formação necessária à capacitação em serviço, levando em conta os interesses dos assentados. Em outras palavras, construir uma proposta de curso que promovesse, além de uma sólida formação nos conteúdos básicos e nos fundamentos teóricos-metodológicos na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, a ampliação do nível de consciência crítica sobre a realidade, com vistas a transformá-la.

Como a legislação em vigor propõe que o curso normal médio tenha 4 anos de estudos efetivos, com carga horária mínima de 3.200 horas, a equipe do NEPA/UFS encontrou no Programa de Formação de Professores em Exercício – PROFORMACÃO da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe - SEED, que visa acelerar o processo de formação de professores que estão em sala de aula, mas ainda não concluíram o curso médio de magistério, o caminho para viabilizar sua proposta.

Seria mantida a carga horária, porém reduzido o tempo de duração do curso, de 4 para 2 anos, tomando-se ainda como referência a matriz curricular e a estrutura dos módulos (horas semanais de atividades) estabelecidas pelo mencionado programa.

Para ampliar o envolvimento dos parceiros e garantir a certificação dos monitores, a UFS, em parceria com a SEED, celebrou um convênio visando possibilitar o suprimento de escolarização a nível de 1º e 2º graus, através do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos – PROAJA; Projeto de Suplência da 1ª fase do Ensino Fundamental – PROSEF; Projeto de Suplência da 2ª fase do Ensino Fundamental e o TC-2000-Ensino Médio, garantindo com isso a certificação dos alunos que participarem e concluírem estes níveis de estudos.

Na implantação do curso de formação do educador popular no ensino normal em nível médio, juntou-se à UFS, MST e SEED, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe – FETASE.

Ao INCRA coube o papel de financiador do projeto, cujos os recursos financeiros necessários à realização do curso foram repassados através de convênio e termos aditivos firmados entre ele e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPESE.

Considerados tais aspectos, o presente estudo tem como objetivo fazer uma avaliação breve sobre o curso de formação do educador popular em áreas de reforma agrária do Estado de Sergipe, concluído em outubro de 2003, fundamentalmente com base na percepção dos diferentes atores sociais que com ele estiveram envolvidos, seja como formuladores, executores, apoiadores ou alunos. Não se trata, evidentemente, dado o reduzido prazo para a execução da pesquisa, de analisar os impactos do projeto, mas conhecer a opinião daqueles que dele participaram sobre alguns aspectos considerados importantes para a compreensão dos resultados por ele alcançado

Em síntese, o presente Relatório de Pesquisa tem um caráter muito mais descritivo do que analítico, e não poderia ser diferente, uma vez considerado o contexto em que a pesquisa e a elaboração do produto se deu: tempo extremamente reduzido para a sua execução e inexistência de um quadro teórico-analítico prévio que permitisse maior clareza e profundidade na compreensão e interpretação teórica dos dados empíricos.

O que não significa, porém, que essa limitação invalide as importantes contribuições que o estudo traz para a avaliação do curso, pondo em relevo não apenas alguns dos principais problemas verificados desde a sua formatação até o seu funcionamento, como os resultados positivos e as possibilidades que o curso trouxe para os assentados e/ou filhos de assentados que dele participaram.

## **MAPA 1**



## METODOLOGIA UTILIZADA E CARACTERIZACAO DA AMOSTRA

O estudo teve como norte uma pesquisa amostral por conglomerado, cuja a seleção da amostra foi feita com base no número de alunos matriculados no curso de formação do educador popular, complementada por entrevistas intencionais com atores sociais que tiveram participação ativa na implantação do projeto, e consultas a fontes secundárias – textos, livros, documentos etc.

De um total de 80 alunos que iniciaram o curso, 40 deles deveriam ser entrevistados, com base em um questionário com perguntas fechadas, e levando-se em conta as diferentes regiões de onde provinham., visando garantir a representatividade da amostra.

Em virtude de o curso já haver sido concluído em outubro de 2003, optou-se por retirar a amostra da relação nominal dos formandos, ou seja, dos 62 alunos aprovados no curso formação do educador popular de nível médio. Manteve-se, a representatividade, em termos das regiões pesquisadas, e, ao final da pesquisa de campo, 42 alunos haviam respondido ao questionário, dois além da amostra definida originalmente.

Foram entrevistados educadores populares que residem atualmente em 26 assentamentos, em 2 acampamentos e um na cidade (sede de município), distribuídos pelas várias regiões em que se divide o estado.

Como o curso foi montado para atender a uma demanda do MST, optou-se por trabalhar com as 5 regiões onde o Movimento atua, através de suas Coordenações Regionais, a saber: Metropolitana, Agreste, Sertão, Norte e Sul.

Para tanto, foram aplicados questionários com 15 educadores populares residentes em assentamentos localizados na região do Sertão, 12 com moradores da região Sul, 6 com assentados da região Agreste, 5 residentes na região Norte e 4 na Metropolitana.

De modo que, ao final, do universo constituído pelos alunos matriculados no curso de educador popular, a amostra cobriu 78,4% das áreas de reforma agrária atendidas pelo curso e 100% dos municípios de procedência dos educandos (Mapa 2).

Com base em um roteiro de perguntas, foram entrevistadas a asseguradora do projeto no INCRA, a coordenadora do setor de educação do MST, a coordenadora do curso no NEPA/UFS e a técnica da PROEX/UFS, encarregada de acompanhar o projeto.

Ressalte-se que tanto as entrevistas como a aplicação dos questionários junto aos educadores populares foram previamente agendadas. As primeiras, a partir de contatos mantidos com as próprias pessoas a serem entrevistadas. Para a execução da pesquisa de campo, a colaboração dos coordenadores regionais do MST foi fundamental para que a aplicação dos questionários ocorresse sem grandes contratemplos.

O contato prévio com eles possibilitou não apenas o conhecimento do atual paradeiro dos alunos, como também ajudou no sentido de aglutinar os alunos que residiam em assentamentos/acampamentos muito distante a se localizarem numa determinada região, servindo de locais estratégicos para que fossem entrevistados. Evidentemente, isso não impediu que a equipe de pesquisadores tivesse que se deslocar até algumas áreas de reforma agrária para aplicar questionários com os alunos contatadas mas que não compareceram ao local combinado, ou ainda com os educadores populares que não foi possível aos coordenadores regionais do MST marcar data e lugar para a entrevista, pela dificuldade em obter comunicação.

Importante também foi poder contar com a colaboração de um dos membros do setor de educação do MST que acompanhou a equipe por várias vezes nas visitas aos assentamentos, facilitando o contato com os entrevistados e minimizando eventuais desconfiças quanto ao fato de ter que responder perguntas de estranhos pesquisadores.

Em termos gerais, a aplicação dos questionários foi realizada tanto nos assentamentos onde os educadores populares residiam como em algumas sedes de municípios considerados pólos regionais, com maior facilidade de deslocamento dos assentados dos projetos de reforma agrária localizados na área de influência de tais cidades.

O prazo extremamente curto para a execução da pesquisa de campo e elaboração do relatório final da pesquisa, inferior a 30 dias, assim como a época de sua realização, atravessando o período de carnaval, trouxeram dificuldades para a consecução das entrevistas com a coordenadora do projeto no NEPA/UFS e com a técnica da PROEX/UFS, haja vista as mesmas estarem com viagem programada para o período. Somente após a quarta-feira de cinzas é que se conseguiu entrevistá-las, portanto, há poucos dias do prazo estabelecido inicialmente para a entrega do relatório.

Motivos de outra natureza impediram que a entrevista com a coordenadora do setor de educação do MST fosse realizada há mais tempo. Ao procurar marcar a data para fazer a

entrevista. ela ou estava viajando ou alegava impossibilidade de atender a equipe por “estar sem tempo”. Somente após a intermediação de uma integrante da Coordenação Nacional do PRONERA, que se encontrava em Aracaju, foi possível agendar e fazer a entrevista. Apesar da correspondência entregue em mãos, na Secretaria do MST, explicando o objetivo da pesquisa e solicitando a colaboração do Movimento.

Ainda foram utilizados como material de pesquisa, gravações de entrevistas realizadas com alunos do curso, em junho de 2003, quando o mesmo ainda estava em execução, como também as falas de representantes das instituições parceiras e do orador da turma, gravadas por ocasião da formatura, ocorrida em outubro do ano passado.

Fotografias batidas pelo consultor da pesquisa no dia da formatura dos alunos, assim como outras tiradas pela assistente de pesquisa em visitas que fez ao Centro de Formação Canudos – CECAC, sede do curso, e pelo próprio NEPA/UFS, também foram utilizadas para enriquecer o trabalho.

**MAPA 2**  
**LOCALIZACAO DAS AREAS DE ATUACAO DO PRONERA E**  
**MUNICIPIOS PESQUISADOS DO CURSO DE FORMACÃO DO**  
**EDUCADOR POPULAR. FEB**



Ainda em 1992, a Universidade, atendendo a uma solicitação de lideranças do Assentamento Vitória da União, localizado no município de Santa Luzia do Itanhy, executou um projeto de alfabetização de jovens e adultos através da PROEX, com financiamento do Movimento de Educação de Base- MEB. Essa experiência se estendeu por outros projetos de reforma agrária controlados pelo MST.

Em 1995, a convite do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a Universidade Federal de Sergipe em convênio com MEC / SESU (Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação) e com financiamento do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), realizou dois cursos de Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos em Assentamentos de Reforma Agrária, atendendo há quatorze assentamentos em 10 municípios do Estado de Sergipe.

No ano seguinte, foi elaborado o *Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos- EJA nos Assentamentos Reforma Agrária do Estado de Sergipe* aprovado pelo Ministério do Trabalho, através recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) atendendo a 25 assentamentos. Foi realizado o curso de formação para trinta monitores que atuavam nestes espaços rurais. O plano de trabalho, tinha dois desdobramentos: a realização do curso de Habilidade Básica (H.B.), para alfabetização de 900 educandos e Habilidade Específica (H.E.), voltado para capacitação dos monitores/alfabetizadores.

Em 1998, com a realização do I ENERA, as reflexões das Universidades com os Movimentos Sociais foram determinantes na implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, sendo referência a experiência de alfabetização de jovens e adultos realizada pela UFS de Sergipe.

Com o surgimento do PRONERA, a UFS tornou-se a pioneira, entre as instituições de ensino superior do nordeste brasileiro, a implantar o Programa no estado, dando início a uma nova fase de inserir a academia no processo de reforma agrária, a partir de uma ação mais efetiva e permanente, contribuindo no combate a alta taxa de analfabetismo existente nas áreas reformadas.

Entre 1998 e 2002, a UFS, em parceria com o MST, alfabetizou 2.150 jovens e adultos dos assentamentos e acampamentos espalhados pelos diversos municípios do estado, de um total de 3.876 alunos matriculados, o que corresponde uma taxa de alfabetização de 55,5%,

considerada satisfatória. haja vista as condições precárias de infra-estrutura existente na grande maioria desses núcleos. (Fonte: INCRA, 2004)

Ressalte-se que, após um ano do funcionamento projeto, os educadores/monitores contratados pelo PRONERA para ministrar as aulas, por falta de verbas para o EJA, ficaram sem condições de dar continuidade ao processo de educacional nos assentamentos, a não ser, o caso de um ou outro educador que persistia em continuar suas atividades, mesmo sem remuneração e sem estrutura física.

Essa falta de continuidade do projeto, além de desmobilizar os professores e alunos na construção de um novo saber, voltado a formação critica do mundo, fragilizou a atuação do Movimento, que acabava por ficar aguardando o posicionamento dos governos federal, estadual e municipal para resolver o problema, denotando uma falta de estratégias de luta pela manutenção regular do processo de combate ao analfabetismo nas áreas de reforma agrária. Tanto é que, após ter funcionado sem interrupção entre os anos de 1998 a 2000, somente em 2002 foi retomado as atividades do EJA por motivo dos recursos financeiros estarem assegurados pelo INCRA. Enquanto os governos estadual e municipal, ou ignoravam a demanda dos assentados e acampados ou preferiam executar programas específicos de alfabetização de jovens e adultos com recursos do Programa da Comunidade Solidária.

Entretanto, como os recursos alocados no orçamento do INCRA para aplicação em educação no campo, nas áreas de assentamentos, têm sofrido constantes contingenciamentos, ocasionando atraso no repasse das verbas, inviabilizando a continuidade dos projetos de educação, estando estes sempre em perigo.

A pressão do MST tem sido fundamental para garantir a manutenção desses projetos, a despeito de toda essas situação. O que deve ficar claro, é que assim como não basta o governo dar a terra sem ao mesmo tempo colocar à disposição dos assentados os meios de produção necessários para que eles possam tocar seus lotes, o mesmo deve ser dito quanto a educação.

É preciso não somente possibilitar o acesso ao conhecimento através do ensino formal ao homem do campo, como garantir as condições mínimas para que a aprendizagem se dê em ambientes apropriados a formação dos atores sociais envolvidos, com a construção de maior número de escolas, de biblioteca, refeitório e toda infra-estrutura necessários para a formação do processo de escolarização no campo. Somente assim o processo educacional poderá

efetivamente trazer os resultados esperados, em termos de uma visão crítica do mundo e sua realidade . assim como dos instrumentos necessários para transformá-la.

### **3 - A PROPOSTA DO CURSO DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR POPULAR**

O Projeto de Formação do Educador Popular, iniciado em janeiro de 2001 e com previsão inicial de conclusão em dezembro de 2002,, resultou de um convênio firmado entre o INCRA e a FAPese, com interveniência da Universidade Federal de Sergipe, a apoio do MST, FETASE e SEED.

Com duração inicial de 2 anos, fixando em curso de nível médio com habilitação em Magistério, destinado exclusivamente para monitores/alfabetizadores que atuavam em núcleos de assentamentos de reforma agrária, na educação infantil e nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, sendo construído na perspectiva de adequar os interesses e necessidades dos monitores alfabetizadores para que eles pudessem atuar como professores habilitados, ampliando o conhecimento sobre o processo educacional e as relações metodológica entre a teoria e a prática nas relações sociais de formação do mundo.

Tendo como local de funcionamento o Centro de Capacitação Canudos, localizado no Assentamento Moacir Wanderley, no município de Nossa Senhora do Socorro, a pouco mais de 20 km da capital, Aracaju., tendo como meta a formação de 80 educadores/monitores, oriundos de vários assentamentos e acampamentos de Sergipe,

De acordo com o convênio firmado entre o INCRA e a FAPese, com interveniência da UFS, para execução do Curso de Formação do Educador Popular em Nível Médio, cada uma delas deveria ficar responsável por determinadas funções.

Ao INCRA competia :

a) acompanhar e orientar os trabalhos conveniados, através de técnicos devidamente habilitados, verificando a exata aplicação dos recursos do convênio, avaliando os resultados em conjunto com a Coordenação Nacional do PRONERA;

b) prestar, à FAPese e à Universidade, orientações técnicas e informações que detenha por força do exercício de suas atribuições e competências, nos assuntos relativos às atividades previstas no Convênio;

c) prover à FAPese, nas épocas próprias, dos recursos financeiros, nos termos do Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho;

d) analisar a prestação de contas apresentada pela FAPESE, aprovando-a quando a mesma não contrariar a legislação pertinente;

e) analisar, em conjunto com a Coordenação Nacional do PRONERA, os relatórios parciais e final de atividades;

f) fornecer à FAPESE normas e instruções para a prestação de contas dos recursos financeiros a ela transferidos;

g) encaminhar à Coordenação Nacional do PRONERA para análise e parecer, toda solicitação da FAPESE ou da Universidade Federal de Sergipe – UFS quanto a alterações na execução do projeto.

A FAPESE era responsável por :

a) executar as atividades previstas na Cláusula Primeira deste Convênio (escolarização de 80 monitores/educadores em áreas de assentamento de reforma agrária do estado de Sergipe, no Curso de Formação do Educador Popular, no Ensino Normal em Nível Médio);

b) responsabilizar-se por todo o pessoal empregado na execução dos serviços, compreendidos na Cláusula Primeira, quando, em hipótese alguma, terão vínculo empregatício com o INCRA;

c) garantir os recursos humanos indispensáveis à execução das atividades previstas neste Convênio;

d) prestar contas ao INCRA, dos recursos orçamentários e financeiros, na forma e condições determinadas em normas e instruções vigentes, emanadas do INCRA, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Tribunal de Contas da União (TCU);

e) encaminhar ao INCRA, em conjunto com a Universidade, Relatórios Trimestrais da execução física das atividades previstas neste Convênio, para análise e parecer;

f) levar imediatamente ao conhecimento do INCRA qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra na execução deste Convênio.

À UFS cabia o papel de :

a) coordenar, acompanhar e avaliar as atividades do Curso no processo de escolarização /formação de monitores/educadores a nível de Formação para o Magistério na Modalidade Normal;

b) zelar pela organização técnica e administrativa de toda a documentação do aluno e material do curso, utilizando os mais atualizados meios de controle;

c) prestar assistência aos professores, alunos e pessoal administrativo envolvidos nos projetos de ensino e pesquisa;

d) orientar o processo de seleção dos professores e orientadores;

e) garantir através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer a certificação necessária do processo de escolarização;

f) participar, com o INCRA e a Coordenação Nacional do PRONERA, dos processos de avaliação do projeto;

g) levar imediatamente ao conhecimento do INCRA qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra na execução do objeto deste Convênio.

Para garantir a certificação do curso, a UFS celebrou um convênio com a SEED, cujo objetivo era de somar esforços entre a Secretaria e a Universidade, visando a realização do projeto de formação do Educador Popular no ensino normal em nível médio, através de ensino à distância nas áreas de reforma agrária.

A Secretaria de Educação tinha como incumbência de:

a) através de seus órgãos, de fornecer a documentação legal necessária ao reconhecimento do curso;

b) acompanhar a execução do projeto de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação;

c) fornecer os Certificados de equivalência de 2.º Grau, em nível de suplência dos alunos aprovados; supervisionar, sistematicamente, a execução do convênio e fornecer livros e fitas, de acordo com suas possibilidades.

Enquanto a problemas de atraso na liberação dos recursos financeiros por parte do INCRA levaram à paralisação do curso, obrigando a formação de três novos Termos Aditivos fossem assinados entre o INCRA e a FAPese, prorrogando o período de vigência do convênio até outubro de 2003. Consequentemente, também teve que ser assinado um novo Termo Aditivo entre a UFS e a SEED, prorrogando o convênio até aquela data, com vista a garantir a certificação do curso.

### **3.1 - Objetivos**

O objetivo central do curso era proporcionar aos alunos não apenas uma sólida formação nos conteúdos básicos e nos fundamentos teóricos – metodológicos da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, como também capacitá-los a produzir novas relações entre educação e sociedade, valorizando a identidade cultural e política dos assentados. Isso foi gerenciado a partir da articulação entre os conteúdos científicos e a cultura local na compreensão da realidade sócio – político – econômica no qual eles estão inserido, contribuindo assim, com a melhoria da organização da qualidade de vida nos assentamentos rurais.

### **3.2 - Princípios norteadores da proposta pedagógica**

O princípio básico da proposta pedagógica do curso, segundo os seus formuladores, estava calcada na realidade do monitor/alfabetizador e na sua prática social, ou seja, a sua especificidade enquanto assentamento como ponto de partida na atividades propostas pelas áreas temáticas, definidas aqui enquanto fundamentais para a formação do monitor.

Executado sob a forma de ensino semi-presencial, as aulas foram desenvolvidas nos encontros presenciais modulares, numa só localidade, no qual cada um deste módulos deveria contemplar esse princípio, re-significando sempre o pensar-fazer, para que a aprendizagem pudesse resultar, na medida do possível, na melhoria imediata das atividades desempenhadas pelo monitor/ alfabetizador em sala de aula.

Consideravam ainda como o eixo central da prática social no mundo rural as relações de produção e de trabalho, as estruturas sociais e históricas, estando imbuídas de seus pensamentos, suas alegrias, frustrações, experiências e memórias. Tais relações configuraram, no cenário agrobrazileiro, envolvendo a dicotomia da formação de paisagem rural marcada por uma elevada concentração da terra e da renda agrícola, pela super exploração dos trabalhadores rurais e expropriação de milhões de camponeses, e na luta pela posse da terra, entre tantos problemas.

Assim, o comprometimento de uma formação para o educador popular com as questões relacionadas a terra, seus usos e usufruto, não pode ser perdida de vista, principalmente das lutas históricas promovidas pelos pobres do campo nesses mais de 500 anos de existência do Brasil.

Por outro lado, partindo do pressuposto de que toda a prática educativa tem que se pautar no diálogo, pois é através dele que o conhecimento é construído, a realidade é

interpretada e re-significada e os indivíduos vão ampliando a sua consciência coletiva e individual. Sendo de fundamental importância o estudo da estrutura do curso, o que requer consideramos os elementos estruturantes de todo o processo pedagógico do projeto. Através disso houve diferentes etapas, a exemplo dos encontros regionais, que representou uma forma em que os professores e os orientadores de aprendizagem deveriam se debruçar sobre a realidade e sobre si mesmos, negociando significados, valores e interesses, a fim de reformularem seus conceitos e dimensionarem suas ações. A partir do uso de uma metodologia que utiliza-se os meios de comunicação (telefone, correio e outros)

Citando Paulo Freire, os formuladores do curso afirmam que o ato de ensinar deve romper, necessariamente com a “cultura do silêncio”, isto é, prática educativa bancária, autoritária e patronal, na qual as vozes e as histórias dos alunos são silenciadas. Neste sentido, a atividade dialógica, base da relação entre alunos e professores que deverá nortear o curso, permite a troca, a negociação, a complementariedade e a discussão de pontos de vistas diferentes, possibilitando assim o entendimento do sujeito no grupo social ao qual pertence

A aprendizagem, então, deve ser entendida como um processo de construção pessoal e coletiva, que possibilita a re-significação do aprendiz “no” e “com” o mundo. Sem que isto, signifique, no entanto, perder de vista a sua função enquanto fator de construção e reconstrução de competências, entendidas como ações, atitudes e conceitos, o que só assim permite apreender a sua dimensão política e emancipatória. Por isso, um dos princípios fundamentais neste processo é garantir ao monitor/alfabetizador a reconstrução do conhecimento, levando em conta suas possibilidades reais em superar dificuldades e fazer os avanços necessários para a sua formação profissional. Neste sentido, a mediação do orientador de aprendizagem é considerada fundamental, contribuindo para que aspectos amplos de sua formação sejam mobilizados, não só os cognitivos, mas também os afetivos, éticos, físicos e culturais.

### **3.3 – Metodologia de ensino**

Desenvolvido em 4 módulos, um por semestre, com duração de 800 horas cada, com aulas presenciais, e estudos individualizados e estágio, o curso de formação do educador popular seria dado em quatro semestres, sem interrupções.

Os estudos presenciais totalizariam 1.276 horas; os estudos individuais, 1.240 horas. e a prática pedagógica, 700 horas de vivências docente. Ao final dos dois anos, Ter-se-ia completado 3.216 horas de carga horária, um pouco acima do mínimo exigido por lei para essa modalidade de ensino (3.200 horas). Em termos percentuais, a carga horária para cada um dos tipos de ação pedagógica a serem utilizadas no decorrer do curso seria a seguinte: 39,7% reservada para os estudos presenciais; 38,6% para estudos individuais e 21,8% de práticas pedagógicas.

Cada módulo seria iniciado e finalizado num Encontro Presencial correspondente a cem horas, perfazendo um total de 200 (duzentas) horas/aula, que seriam ministradas pela equipe de professores elaborados do material de ensino e alunos das práticas de ensino dos diversos cursos de licenciatura da UFS, que dariam aula como estágio curricular, orientado pelos professores responsáveis pelas disciplinas. Constituindo-se assim, numa ação do Departamento de Educação da Universidade, no que diz respeito a experienciar a prática pedagógica dentro de um projeto de extensão.

No semestre de execução de cada módulo, além do encontro presencial já referido, deveriam acontecer encontros de acompanhamentos dos estudos individuais, durante 7 dias consecutivos, numa jornada de 10 horas/dia, totalizando 140 horas, no Centro de Capacitação Canudos. De modo que o somatório das atividades desenvolvidas no curso (encontros presenciais, estudos individuais e prática pedagógica), totalizaria 800 horas por módulo, excetuando-se o primeiro, onde as aulas presenciais teriam maior importância.

Os professores responsáveis pela elaboração do material das disciplinas seriam pessoas ligadas às Universidades, aos Movimentos Sociais e à Secretaria de Educação que já possuíam trabalhos relacionados à educação com referência estadual e nacional e que estavam motivados e interessados em trabalhar com educação no campo.

As atividades individuais seriam acompanhadas pela equipe de orientadores de aprendizagem, constituídos, prioritariamente, por graduados do curso de Pedagogia e demais licenciaturas. Sua função seria auxiliar os alunos na realização das atividades propostas pelos cadernos de atividades, devendo trabalhar em conjunto com os orientadores pedagógicos do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos. Para isto tornava-se necessário que conhecessem antes o trabalho de alfabetização que desde 1995, vinha sendo desenvolvido pela UFS, a proposta de Educação do MST, o material de estudos dos

alfabetizando. bem como se inteirassem sobre a ação pedagógica dos monitores/alfabetizados em sala de aula.

Os orientadores deveriam ser selecionados através de edital, mediante apresentação de diploma de nível superior. Se o número de inscritos fosse superior ao número de vagas, haveria uma seleção cujos critérios, por ordem de prioridade, seriam os seguintes: análise do currículo e a experiência com os movimentos sociais e a apresentação de um plano de trabalho. Os classificados passariam ainda por uma entrevista para verificar a sua disponibilidade e identificação com a proposta do curso.

As práticas de sala de aula dos monitores/alfabetizados seriam computadas como atividade curricular, correspondentes às horas de estágio exigidas nos Cursos Normais. O acompanhamento e avaliação destas atividades caberiam aos orientadores de aprendizagem através do diário de classe (registro do dia – a – dia de aula: roteiro de atividades, dúvidas, curiosidades, reflexões sobre a sua ação., etc.); da orientação pedagógica quinzenal nas regionais, acompanhando o trabalho dos monitores/alfabetizados, e nos cursos de capacitação mensal oferecidas pelo Projeto de Alfabetização. Essas atividades desenvolvidas com os monitores/alfabetizados no Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, passariam a ser mais sistematizadas, já que deveriam funcionar como instrumento de avaliação do curso de formação do educador popular.

Na prática, coube ao NEPA e à CEAD a responsabilidade pela execução do curso, que contou ainda com a participação de dois membros indicados pelo setor de Educação do MST.

Juntos, constituíram a equipe encarregada do planejamento e execução das atividades presenciais e à distância, da formação da equipe de orientadores pedagógicos que atuaram nas regiões, da produção de materiais institucionais e da organização e desenvolvimento das áreas temáticas complementares, que foram trabalhadas nos encontros presenciais.

A equipe de planejamento e execução era composta por um coordenador Geral, assessor pedagógico, assessor técnico da CEAD, assessor técnico da PROEX, Professores e pesquisadores, orientadores de aprendizagem e estagiários.

Como se tratava de uma proposta a ser executado através do ensino semi-presencial, envolvendo a carga horária em três etapas a primeira de estudos presenciais a segunda em

estudos individuais e a terceira relacionada a práticas pedagógicas, o NEPA teve que trabalhar em conjunto com a Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD), para operacionalizar o referido curso, utilizando-se na medida do possível, de tecnologias da informação e da comunicação, tais como TV, vídeo, computador, além do sistema de tutoria, através de telefone, correios etc. Além de promover a realização dos encontros presenciais com as orientações pedagógicas para os monitores/alfabetizadores inseridos nas cinco regiões do estado.

Para garantir uma linha de formação que vincule o ensino e a pesquisa, os seus idealizadores procuraram, no transcorrer do curso, construir materiais impressos e audiovisuais, atendendo às especificidades locais de cada região, convocando os monitores/alfabetizadores para participarem ativamente deste processo de produção, articulando-se a formação e capacitação numa perspectiva investigativa.

Os encontros presenciais deveriam ocorrer sempre no início e no final de cada módulo, com a presença do monitor, o que lhe permitiria ter um contato direto com os professores elaboradores do material de ensino, orientadores de aprendizagem e com os seus colegas de outros assentamentos. Trata-se de um momento rico de troca de experiências e de aprendizagem coletiva. Durante estes encontros seriam realizadas avaliações do material didático que utilizou, bem como do próprio curso.

No caso dos encontros regionais, cuja periodicidade seria quinzenal, os monitor/alfabetizadores teriam a oportunidade de conversar com os orientadores de aprendizagem, procurando tirar dúvidas sobre as atividades propostas por cada disciplina, ou pedindo maiores esclarecimentos sobre algum conteúdo que não ficou muito claro. Nesse momento também seria discutida a sua prática docente, com sugestões, se fosse o caso, para melhorá-la, de acordo com o próprio espírito do curso, que é de proporcionar elementos de ensino- aprendizagem que os ajudem a melhorar suas aulas.

### **3. 4 – Areas temáticas e grade curricular**

A estrutura curricular do curso é constituída pelas seguintes por três conjuntos de disciplinas, a saber :

a) disciplinas voltadas para os princípios básicos das diversas ciências, destacando principalmente os conteúdos trabalhados na perspectiva da prática pedagógica da educação

infantil e das séries iniciais do ensino fundamental: Linguagem, Estudos Humanísticos, Matemática e Estudos da natureza e da vida.

b) disciplinas voltadas para a formação docente, possibilitando aos monitores/alfabetizadores estratégias para desencadear ações competentes em sala de aula: a exemplo dos Fundamentos de Educação e Organização do Trabalho Pedagógico.

c) disciplinas voltadas à compreensão da realidade sócio - político - econômica em que vive, para contribuir com a organização e melhoria da qualidade de vida nos assentamentos: Reforma Agrária e Meio Ambiente, Movimentos Sociais e Reforma Agrária. Isso envolveu a formação de novas disciplinas que ampliaram a grade curricular a diferentes conteúdos, antes menosprezados pela comunidade educacional.

Compõem a grade curricular as disciplinas constantes do quadro a seguir:

MÓDULOS	ÁREAS TEMÁTICAS						EIXOS
	1	2	3	4	5	6	DORES
	Linguagens e Códigos	Estudos Humanísticos	Matemática	Estudos da da vida	Fundamentos	Organização Pedagógico	Projeto
1º	Língua Portuguesa I	Sociologia Filosofia Antropologia História I Geografia I	Matemática I				de
2º	Língua Portuguesa II	Tópicos Especiais em Educação Movimentos Sociais e Reforma Agrária História II Geografia II	Matemática II	Biologia I		Fundamentos do Trabalho Pedagógico	Ensino
3º	Língua Portuguesa III Língua Espanhola I			Física I Química I Biologia II	Fundamentos sócio - antropológico da Educação História da Educação e Movimentos Sociais Psicologia	Organização do Trabalho Docente	

4º	Língua Espanhola II	Reforma Agrária e Meio Ambiente		Física II Química II	Política Educacional e Funcionamento do Ensino Psicologia da Educação	Tecnologia da Comunicação aplicada à Educação	
----	---------------------	---------------------------------	--	-------------------------	--	---	--

Fonte: Programa de Formação de Professores em Exercício Fundescola/SEED/MEC- 2000

Observações:

- ◆ O ensino de arte, enquanto componente obrigatório (§ 2º, art. 26 da Lei 9394/96) será desenvolvido de forma interdisciplinar, em cada módulo, da área temática de linguagens e códigos nos momentos presenciais.
- ◆ O ensino de educação física integra a proposta pedagógica do curso, conforme dispositivo legal (§ 3º art. 26, Lei 9394/96), em forma de recreação e práticas desportivas não formais.
- ◆ Os conteúdos das disciplinas Sociologia da Educação e Filosofia da Educação, serão contempladas nas disciplinas denominadas Tópicos Especiais em Educação e Fundamentos sócio-antropológico da Educação.

Os conteúdos básicos dos Fundamentos Teóricos Metodológicos da Educação Infantil, da Alfabetização de Jovens e Adultos e das séries iniciais do ensino fundamental, serão tratados nos módulos de Fundamentos do Trabalho Pedagógico e na Organização do Trabalho Docente.

As disciplinas, bem como suas respectivas ementas, podem ser vistas a seguir:

- Antropologia : Compreensão da dimensão sócio – cultural, assim como a dimensão biológica, que interagem na formação e condição da humanidade. Abordagens dos elementos que compõem as organizações da vida humana.
- Biologia I: O Planeta Terra: Introdução dos conceitos de Atmosfera, Hidrosfera, Solo e Universo. Os Seres Vivos: Noções sobre classificação dos seres vivos e estudos dos Reinos ( Monera, Protista, Fungos, Animal e Vegetal. O homem
- Biologia II: Noções de Ecologia. Fisiologia e Morfologia Humana. Tópicos Especiais de
- Química e Física. Citologia. Bioquímica. Origem dos seres Vivos e Evolução. Fisiologia e Morfologia Animal e Vegetal. Ecologia. Genética; Doenças Hereditárias; Engenharia Genética; Energia Nuclear e os Ecossistemas.
- Filosofia : A questão do saber filosófico. Ética. Valores morais presentes na vida social e política. Formação da cidadania e democracia.
- Física I: Grandezas Físicas e unidade de medidas; conceitos e relações envolvendo espaço e tempo; Movimentos com velocidade constante; movimentos com velocidade variável; noções de vetores e Mecânica.

- Física II: Relações entre massa, velocidade variável e tempo; leis de Newton; Conceito de energia e transformações energéticas; noções de estatística dos corpos rígidos; Noções de Hidrostática; conceitos de relações entre calor e temperatura; dilatação dos corpos; Energia Térmica e troca de calor; mudança de fase; Estudo dos Gases; Noções de propagação de calor. Noções de Termodinâmica: conceitos básicos de Óptica geométrica; Reflexão e Refração Luminosa: Conceito de Carga elétrica; Noções de força elétrica, campo elétrico e potencial elétrico; corrente elétrica e fenômenos associados; resistores; Geradores e receptores; Medidas elétricas; Noções de Magnetismo.

- Fundamentos sócio- antropológico da Educação: A educação como processo social que se fundamenta na sociabilidade humana; a condição de classe e os reflexos sobre os processos e os projetos pedagógicos; a relação da educação com os valores e o papel da família; os meios de comunicação de massa e sua relação com a educação rural e com a cultura popular; as diferenças antropológicas e a questão do direito à educação na democracia.

- Geografia I: Conceito de Geografia. Estudo do meio: ênfase na dimensão do mundo rural e na globalização ( agricultura e industrialização ), com ênfase no estudo da geografia geral e do Brasil.

- Geografia II: Espaço geográfico e a sociedade brasileira; indústria, sociedade espaço geográfico; espaço agrário brasileiro e seus problemas sócioambientais; meios de transporte e a organização do espaço geográfico; o Brasil: regionalização e globalização.

- História I: Conceito de história. Conteúdos trabalhados no ensino médio com ênfase às questões rurais. Metodologias específicas voltadas para o ensino de História, dando ênfase a interdisciplinaridade, um olhar tempo-espacial do meio rural.

- História II: Com olhar voltado para a realidade local, aprofundamento teórico acerca da idade moderna, dando ênfase ao iluminismo, revolução francesa e industrial; idade contemporânea, dando ênfase às duas grandes guerras, revolução russa, ao sistema capitalista e à guerra fria. No Brasil: do império até a era de Vargas.

- História da Educação e Movimentos Sociais: Concepção de História. A construção social da História e da Educação no Brasil: da colonização até o contexto atual. Movimentos Sociais e educação popular: análise de experiências.

- Língua Espanhola I: Domínio da comunicação cotidiana: contar; saber e interpretar hora e tempo; saudação; Identificação pessoal; expressar gosto, agrado, preferência; presentear; desculpar; pedir e dar informações;
- Língua espanhola II: Leitura e compreensão de texto em espanhol. Elementos gramaticais que aparecem nos textos: artigo neutro, pronomes pessoais, verbos irregulares etc.
- Língua Portuguesa I: Cultura, língua e sociedade)língua falada e língua escrita); ler e escrever - ações do homem; o texto.
- Língua Portuguesa II: Função social da Linguagem; textos que circulam em nossa sociedade; comunicação humana; elementos de comunicação e funções de comunicação.
- Língua Portuguesa III: Linguagem e língua: características. Funções da linguagem. A inter – relação entre língua, sociedade e cultura. Variações linguísticas. Oralidade e escrita.
- Leitura e escrita.
- Matemática I: O número e sua função social. Sistema de numeração decimal. Cálculo mental, resolução de problemas, com operações com números naturais. Transformações dos números decimais em frações e operações com decimais. Frações e porcentagem.
- Matemática II :Números e operações: números naturais, fracionários e decimais. Geometria: percepção de formas planas e espaciais, áreas e perímetros, representações planas. Grandezas e medidas: comparação de grandezas e processo de medição dos mesmos. Cumprimento, área, capacidade e massa.
- Movimentos Sociais e Reforma Agrária: Relação entre Movimentos sociais e Estrutura Agrária. Histórico dos Movimentos Sociais no campo. Avanços e retrocessos na luta pela Reforma Agrária no País e no Estado de Sergipe. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no contexto atual: perspectivas.
- Fundamentos do Trabalho Pedagógico: O ato de ensinar como forma de pesquisa . O conhecimento em suas várias formas: vulgar, científico, religioso. Elementos para elaboração de um projeto de ensino/pesquisa.
- Organização do Trabalho Docente: Natureza do trabalho do professor. A dimensão político – metodológica da ação docente. Projeto de Ensino e sua perspectiva interdisciplinar. Prática social e prática pedagógica. Elaboração de Projetos de Ensino. Execução. Relatórios.

- Política Educacional e Funcionamento de ensino : Características gerais da política educacional do Brasil . A LDB e organização do ensino no Brasil. A educação no Estado de Sergipe. Educação e Sociedade
- Química :A água da chuva: O ciclo hidrológico – Estados físicos da matéria. A estrutura da água: de elemento a substância; Ligações químicas; Investigando algumas propriedades. A chuva ácida: Conceitos básicos da química (As funções químicas). Poluição das águas: Soluções aquosas – Relações quantitativas; Controle de qualidade. Água do mar/água doce. Tratamento de águas urbanas. Solo: Os fertilizantes químicos; Agrotóxicos: O envenenamento do solo e das águas.
- Psicologia: Psicologia e suas principais escolas; variáveis biológicas e sociais do comportamento; o desenvolvimento humano. Concepções de desenvolvimento e aprendizagem.
- Psicologia da Educação: As teorias da psicologia da aprendizagem; psicologia educacional; relação professor-aluno; aprendizagem criativa; avaliação da aprendizagem.
- Reforma Agrária e Meio Ambiente: O Humano: Ecologia, Sociedade e Cultura. Crise Ambiental ou crise civilizatória? A luta pela terra no Brasil. A unidade Natural-Social. Conceitos fundamentais na problemática ambiental. A dimensão ambiental da educação. Sociedade e Meio Ambiente: problemas ambientais o local e o global na luta pela terra e pelo ambiente nos assentamentos rurais de reforma agrária. O processo de produção agrícola e a conservação dos ecossistemas. Aspectos da sustentabilidade na gestão dos sistemas produtivos. Educação Ambiental e Interdisciplinaridade na Formação do Educador. Projetos em Educação Ambiental.
  - Sociologia: :Estudo das transformações na sociedade que originaram a Sociologia. As Organizações Sociais. Extratos e Classes Sociais: Movimentos Sociais.
- Tecnologia da Comunicação Aplicada à Educação: Sociedade do conhecimento. Tecnologia da Informação e da comunicação e educação: histórico, vivências pedagógicas com os usos dos multimeios
- Tópicos Especiais em Educação: Análise e aprofundamento dos Fundamentos da educação apresentados nos conceitos de aprendizagem, forma e conteúdo da educação;

propostas de Práticas Pedagógicas Gerais e das formas específicas da Educação no Meio Rural.

### **3.5 – Sistema operacional**

O NEPA e a CEAD se responsabilizarão pela execução do curso, cuja equipe contará com membros indicados pelo Setor de Educação do MST. Esta será a equipe central responsável pelo planejamento e execução das atividades presenciais e à distância; formação da equipe de tutores/orientadores de aprendizagem que atuarão nas regionais, pela produção de materiais instrucionais e pela organização e desenvolvimento das áreas temáticas complementares, que serão trabalhadas, prioritariamente, nos encontros presenciais.

O Centro de Capacitação de Canudos, localizado no Assentamento Moacir Wanderley/Quissamã, funcionará como núcleo de tutoria e espaço de realização dos encontros presenciais, com suporte tecnológico de vídeo, TV, Telefone e computador.

Os Encontros Regionais serão realizados nas sedes do MST, Coordenação Estadual, situados nos Municípios de Estância, Simão Dias, Poço Redondo, São Cristóvão e Pacatuba. Serão locais de atendimento aos monitores/alfabetizadores pelos orientadores de aprendizagem que ocorrerão quinzenalmente, para orientação das atividades propostas, discussão, planejamento pedagógico, entre outros.

A prática pedagógica será realizada pelo monitor nas classes do Projeto de Alfabetização de Jovens e adultos em Assentamentos de Reforma Agrária executado pelo NEPA/DED/UFS em parceria com o PRONERA, acompanhado sistematicamente pelo orientador de aprendizagem durante os Encontros Regionais e nos Cursos de Capacitação do referido Projeto que acontecem mensalmente.

Estudos individuais e a distância consiste na realização de atividades (leituras, exercícios, pesquisas) por parte do aluno de/ forma independente, seguindo as orientações do Caderno de Aprendizagem.

O material instrucional constitui-se do caderno de aprendizagem, por disciplina, elaborado pelo respectivo professor. Ver exemplares em anexo

### **3.6 - Recursos humanos**

Para dar suporte ao curso, duas equipes foram constituídas: uma encarregada do planejamento e da execução do curso e a outra do apoio administrativo.

A primeira delas era composta da seguinte forma:

- a) Coordenação Geral
- b) Acompanhamento, Avaliação do Projeto e Elaboração dos Relatórios
- c) Criação de Design e Organização dos módulos
- d) Professor (elaborador do material de ensino)
- e) Orientador de Aprendizagem
- f) Estagiário de graduação/licenciatura

As funções e atribuições da equipe de planejamento e execução do curso eram as seguintes:

Coordenação Geral: coordenar as atividades do curso; zelar pela organização técnica e administrativa de toda a documentação do aluno, utilizando meios de controle atualizados; prestar assistência aos professores, alunos e pessoal técnico administrativo envolvidos; acompanhar as autoridades educacionais no exercício da inspeção de ensino; orientar o processo de seleção dos orientadores de aprendizagem, bem como pessoal administrativo e de apoio; organizar eventos de divulgação de resultados de avaliação, de pesquisas e de produtos didáticos do curso, junto com a equipe; providenciar a certificação de estudos junto à Secretaria de Estado da Educação; acompanhar o processo de gestão e gerenciamento dos custos. E manter uma sistemática de reuniões junto aos membros da equipe.

À equipe de acompanhamento, Avaliação do Projeto e Elaboração dos Relatórios caberia: acompanhar o processo de seleção dos orientadores de aprendizagem; acompanhar o processo de elaboração do material de ensino, junto aos professores; avaliar o curso; avaliar o material do curso junto aos professores, orientadores de aprendizagem e monitor; orientar e acompanhar o processo pedagógico do curso; participar dos encontros presenciais; participar das reuniões; participar do processo de avaliação do curso junto à equipe.

Ficava sob a responsabilidade da equipe de criação de Design e Organização dos módulos: a criação do design do material didático; a organização dos módulos; adequação do material impresso à metodologia de Educação à Distância; elaboração dos instrumentos de acompanhamento e avaliação do curso.

Ao Assessor Técnico da PROEX cabe acompanhar o processo Administrativo e Pedagógico do projeto; articular as ações do Projeto na Pró - Reitoria de Extensão; prestar apoio institucional ao Projeto;

Os professores elaboradores do material de ensino terão como incumbência : pesquisar e produzir material impresso; pesquisar e produzir material audiovisual, multimídia; capacitar os orientadores de aprendizagem; participar ativamente dos encontros presenciais; participar das reuniões propostas pela equipe central; cumprir os prazos previstos no cronograma; e acompanhar e avaliar o trabalho da tutoria.

As funções dos Orientadores de Aprendizagem eram as de atender os alunos para orientações sobre o uso de material, ou esclarecimento de atividade; orientar os alunos sempre que solicitado; acompanhar o desempenho dos alunos, avaliá-los e ao final de cada módulo encaminhar os resultados para a coordenação; organizar e coordenar os encontros com os alunos nas regionais; acompanhar a prática docente dos alunos; participar das reuniões e dos grupos de estudo e pesquisa. atender e anotar as reivindicações dos alunos e encaminhá-las aos professores ou à coordenação do curso;

Os estagiários de Graduação/ Licenciatura deveriam ministrar as aulas dos encontros presenciais; cumprir os prazos previstos no cronograma; e atender as orientações dos professores elaboradores do material de ensino.

Por sua vez, a equipe de apoio contaria com um assistente administrativo do NEPA/UFS e um digitador do NEPA/CEAD, com as seguintes atribuições:

O assistente administrativo deveria atender as solicitações da coordenação do curso; organizar o material do curso; responsabilizar-se pela organização e envio do material; organizar as pastas de acompanhamento dos alunos; fazer as atas de reuniões; responsabilizar-se pelas comunicações administrativas; acompanhar o processo pedagógico do curso; participar dos encontros presenciais; acompanhar o processo avaliativo do curso; participara das reuniões e grupos de estudos e pesquisas. auxiliar os assessores; participar da elaboração dos relatórios, enquanto o digitador responsabilizar-se- ia pelos trabalhos de pela digitação de material impresso pertinente às atividades do curso.

### **3.7 - Avaliação**

Dada a pretensão de o curso de educador popular ser uma proposta democrática de formação de magistério em nível médio, no processo de avaliação deveriam ser levadas em conta as exigências e necessidades dos envolvidos, como também, a peculiaridade de se estar trabalhando com movimento social, na modalidade de educação à distância. Não se pretende, assim, avaliar apenas os resultados, mas sim o processo, investigando até que ponto os objetivos estão sendo atingidos, os entraves e os avanços dos alunos no cumprimento das tarefas propostas.

Como instrumentos de avaliação deverão ser utilizados os cadernos de aprendizagem e as provas bimestrais, nas quais os alunos deverão apresentar rendimento igual ou superior a 50%, podendo refazer os estudos nas áreas temáticas em que não tenha obtido o rendimento mínimo estabelecido.

Os cadernos de aprendizagem são as atividades propostas em cada Módulo das áreas temáticas; as provas bimestrais são provas obrigatórias realizadas individualmente durante os encontros presenciais; e a prática pedagógica será efetuada pelos orientadores de aprendizagem em conjunto com a equipe do NEPA, em três momentos: durante a realização dos cursos periódicos de capacitação do Projeto de Alfabetização; através do “Diário de Campo, no qual os monitores, registram o trabalho desenvolvido em sala de aula; e nos encontros para orientação pedagógica nas regionais, realizados quinzenalmente.

Exigir-se-á, ainda, que a frequência do aluno nos encontros presenciais seja de no mínimo de 75% da carga horária total destes encontros nas disciplinas e, nos estudos à distância, considerar-se-á o cumprimento das atividades propostas.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver os conceitos A, B ou C, e reprovado os que obtiverem conceito D nas disciplinas do curso, entendendo-se o Conceito A – Excelente (de 10,0 à 9,0); Conceito B- Bom (de 8,0 à 7,0); Conceito C- Regular ( de 6,0 à 5,0); e Conceito D – Insuficiente (igual ou menor que 4,9 ).

Considerar-se-á o aluno desistente do Curso, aquele que interromper por um período de seis meses o cumprimento das tarefas do curso. Aos alunos que desistirem do curso, também será concedido certificado pelas disciplinas cursadas, nas quais tenham obtido aprovação.

Os estudos de recuperação devem ocorrer na medida em que os monitores/alfabetizadores forem apresentando insuficiência nos estudos realizados. Caso a

insuficiência permaneça o monitor será orientado através de um reforço nos encontros presenciais e, no final de cada módulo, o aluno se submeterá a uma recuperação final.

A expedição do diploma ou certificado será feita pela Secretaria de Estado de Educação, reconhecendo o curso de formação do educador popular como equivalente ao Ensino Normal, em nível médio

#### **4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

Como já explicitado na parte introdutória deste Relatório, a avaliação que se segue não pretende dar conta da totalidade dos fatores determinantes que poderiam explicar de maneira mais profunda o curso e a mecânica da sua organização e funcionamento, menos ainda inferir sobre supostas virtualidades ou vícios de origem da proposta, e, assim, classificá-la como exitosa ou um retumbante fracasso.

Pretende, sim, que as observações e considerações feitas sobre diferentes aspectos do curso possam ser mais do que uma mera descrição dos números, e sim um esforço para entender os significados que eles expressam. Para tanto, acredita-se que se torna necessário fazer a leitura dos resultados apresentados, principalmente com base na percepção dos alunos que participaram do curso, e oriundos da aplicação dos questionários com perguntas fechadas, relacionando-os com um quadro mais amplo, onde estão expostas as dificuldades, os limites e as possibilidades que o curso ofereceu, e que foram extraídos das entrevistas com outros atores sociais também presentes, além de leituras feitas pela equipe sobre documentos de fontes secundárias..

O curso de formação do educador popular, cujo propósito era proporcionar o ensino médio em nível de magistério a 80 assentados e/ou filhos de assentados que já atuavam como monitores/afabetizadores em projetos de reforma agrária do estado, conseguiu formar 62 alunos ou 77,5% da meta estipulada, e terminou com um atraso de quase um ano, devido ao contingenciamento de recursos feito pelo Governo Federal, levando ao atraso na liberação das parcelas pelo INCRA.

Ressalte-se que o curso começou com 98 alunos, segundo o NEPA/UFS. Muitos deles, no entanto, foram desistindo ao longo do processo, principalmente no final do primeiro módulo.

No primeiro módulo, 13 alunos desistiram, ficando 84; no segundo módulo mais 12 resolveram sair, sendo substituídos por igual número de novos alunos, conforme relação obtida junto ao NEPA/UFS.

Dos 80 alunos que conseguiram chegar até o final, somente três conseguiram ser aprovados direto, 12 ficaram reprovados e 58 tiveram que fazer recuperação, em média, tendo que fazer prova em 5,5 disciplinas..

Dados do NEPA/UFS (Ficha de Frequência), mostram a seguinte distribuição: de alunos em recuperação, por disciplina: 29 ficaram em recuperação em Português, 11 em Sociologia, 19 em Antropologia, 19 em Filosofia, 6 em Física, 27 em Geografia, 25 em Organização do Trabalho Docente, 26 em Química, 21 em Espanhol, 17 em Psicologia, 16 em Tópicos Especiais em Educação, 12 em História da Educação e Movimentos Sociais, 12 em Tecnologia da Comunicação, 11 em Política Educacional e Funcionamento do Ensino, 34 em História, 32 em Matemática, 39 em Biologia e 35 em Fundamentos Sócio-Antropológico.

Surpreendente é que nas disciplinas Reforma Agrária e Meio Ambiente e Reforma Agrária e Movimentos Sociais, o número de alunos que tiveram que fazer recuperação chegou a 36 e 40, respectivamente.

Para uma das professoras entrevistadas, tanto as desistências como as recuperações estão associadas de um lado, à linguagem utilizada nos Cadernos de Aprendizagem, muito difícil para um grupo que não tinha habilidade de leitura, aprender o conteúdo sozinho, haja vista o curso ter sido dado de forma semi-presencial. Explica-se: os alunos tinham uma carga horária presencial, com os professores em sala de aula, e uma outra de estudos individuais, em seus locais de origem, visando dar conta das tarefas propostas pelos professores, contidas nos Cadernos de Aprendizagem, e que deveriam trazer na próxima etapa.

Ou como ela assim o afirmava: *“O que nós percebemos é que a grande maioria (dos alunos) não estava (conseguindo acompanhar a disciplina) ou porque não estava tendo tempo disponível (tinha que se dedicar às atividades da roça), ou porque não tinha hábito (de leitura), ou porque se engasgava na leitura, não conseguindo entender o que estava escrito. Ou essas três coisas junto”*.

Além desses fatores, também a extensão do material de ensino-aprendizagem elaborado, com excesso de informações, de um lado, e os problemas decorrentes do fato de nem sempre o material utilizado na disciplina ter sido feito pelo professor responsável por ela, podem ter contribuído para isso ocorrer.

Por outro lado, alguns professores que elaboraram os Cadernos de Aprendizagem não puderam ministrar as disciplinas, porque estavam fora do estado cursando programas de pós-graduação, justamente no período das aulas. Assim, tiveram que ser substituídos por outros que, em vários casos, optaram por seguir outra metodologia de ensino, ignorando os Cadernos de Aprendizagens, por não concordarem com o conteúdo do mesmo. O problema é que tais cadernos constituíam o material didático-pedagógico básico do curso, tanto do ponto de vista dos conteúdos como das atividades a serem realizadas pelos alunos.

Quanto a relação entre os parceiros, observou-se restrições pontuais que uns fazem em relação ao comportamento e compromissos assumidos pelos outros. Por exemplo, o NEPA/UFS afirma que o MST, mesmo sabendo de algumas dificuldades que estavam acontecendo no desenvolvimento do curso, e concordar com as alterações propostas, na forma de encaminhamento da resolução das mesmas, se omitia quando os alunos, nos encontros presenciais, atribuíam-nas totalmente ao NEPA/UFS.

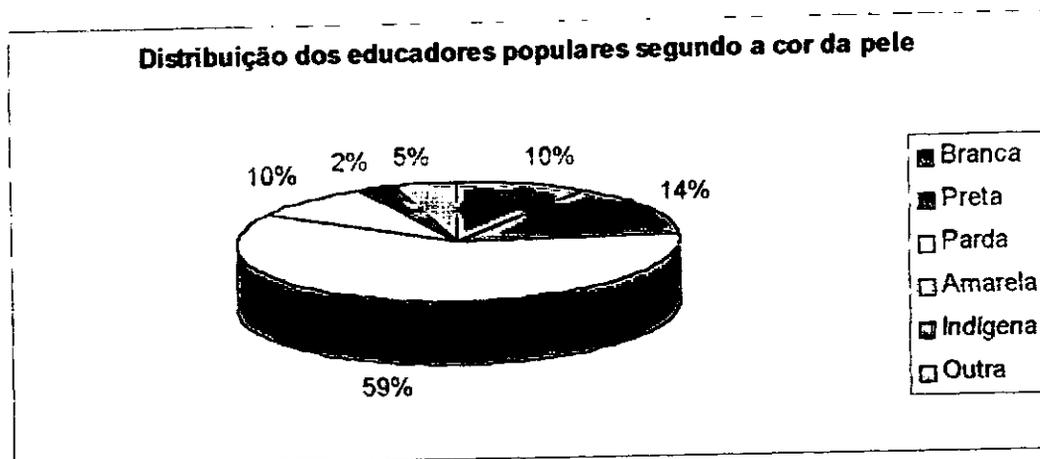
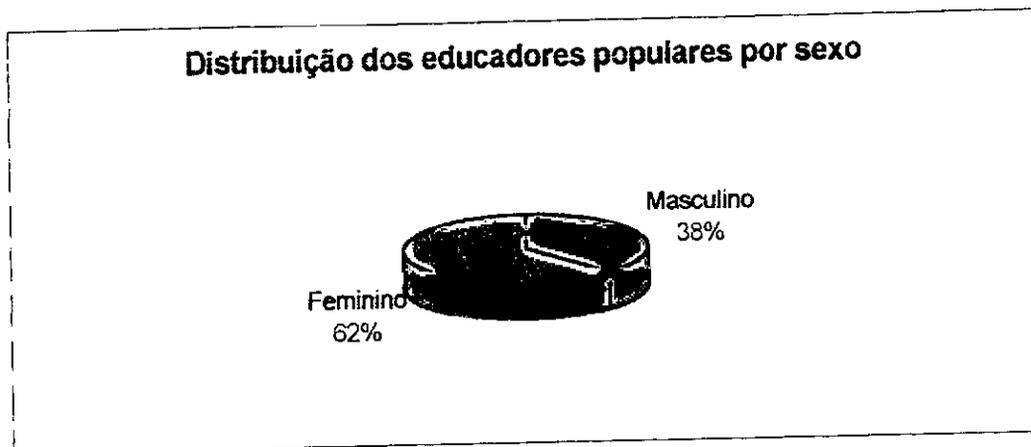
Por outro lado, a crítica do NEPA/UFS em relação à Secretaria de Estado da Educação, entre outras, era de que a entrega dos kits aos alunos, prometidos por ela, nunca aconteceram. Já o INCRA, além do atraso e/ou paralisação no repasse das verbas, era criticado pelo NEPA/UFS por ter se comprometido a viabilizar os veículos para o deslocamento dos alunos, num momento em que os repasses foram suspensos, em virtude da mudança do governo federal, e não tê-lo feito, fazendo com que a coordenação do curso e os próprios professores tivessem que colocar os seus próprios carros para trazer os alunos para a sala de aula no CECAC.

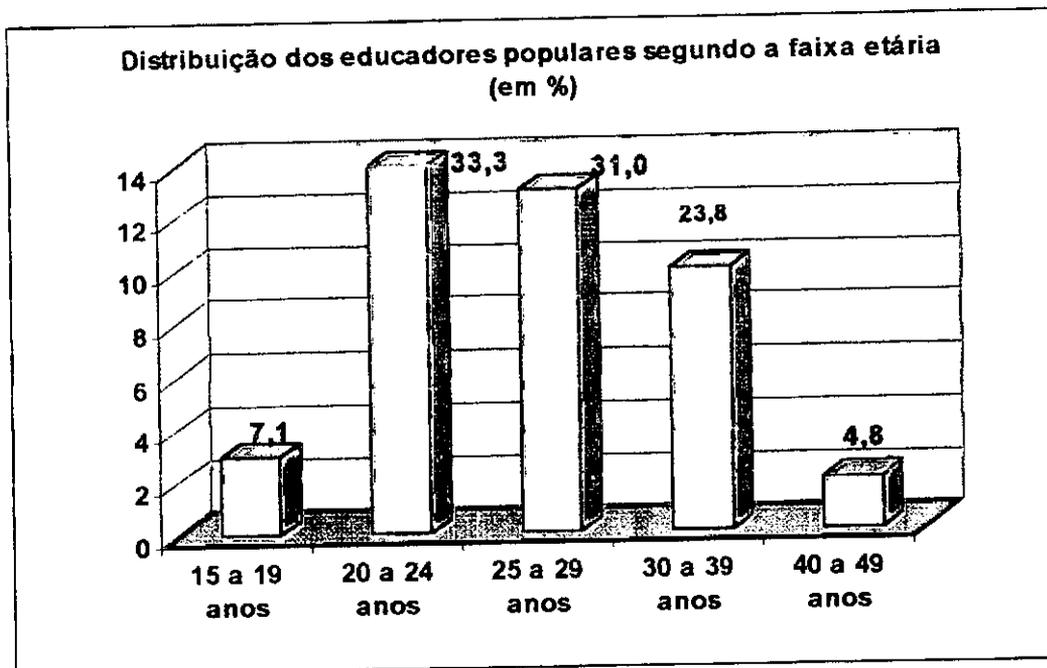
O MST, por sua vez, pondera que o NEPA/UFS cometeu erros na escolha de alguns professores e na produção do material didático-pedagógico, assim como a metodologia utilizada não foi a mais adequada. Mesmo assim, reconhece a importância do curso e os resultados positivos que ele trouxe para os assentados e para a construção de um projeto de educação no campo mais coetâneo com a realidade e os interesses dos trabalhadores rurais.

Do ponto de vista da percepção dos alunos, os resultados apresentados foram em geral favoráveis, como podem ser vistos a seguir.

A maioria dos alunos que concluíram o curso de formação do educador popular de nível médio eram mulheres, tinham entre 20 e 29 anos e se identificavam como pardos, porcentagem que chegava a 73,8% quando somada aos que se consideravam pretos. Os

brancos eram menos de 10%, sendo citados ainda as cores morena e morena clara, porém numericamente insignificante. Chama-se atenção para o número de entrevistados que se consideravam amarelos, porcentagem esta igual a dos brancos.

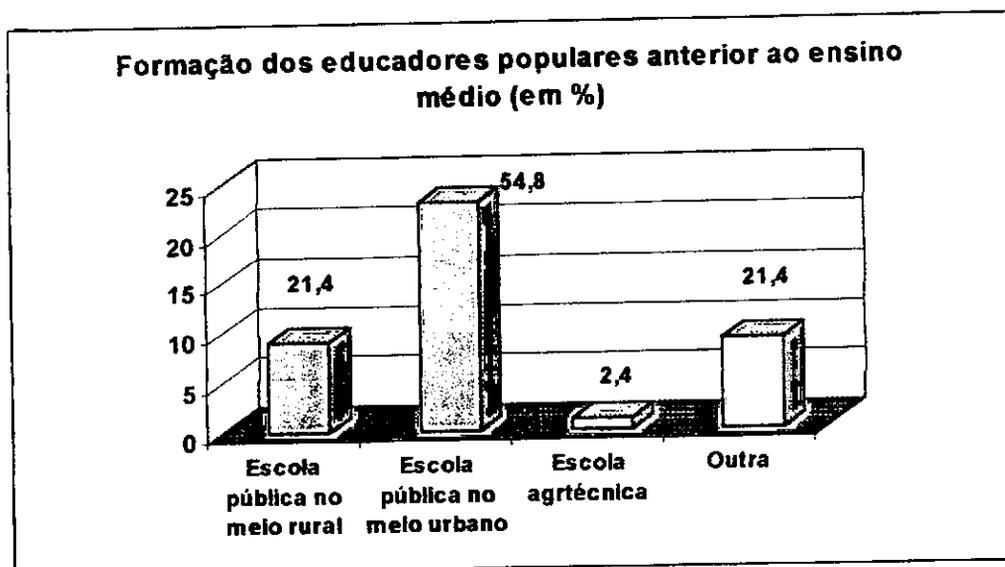




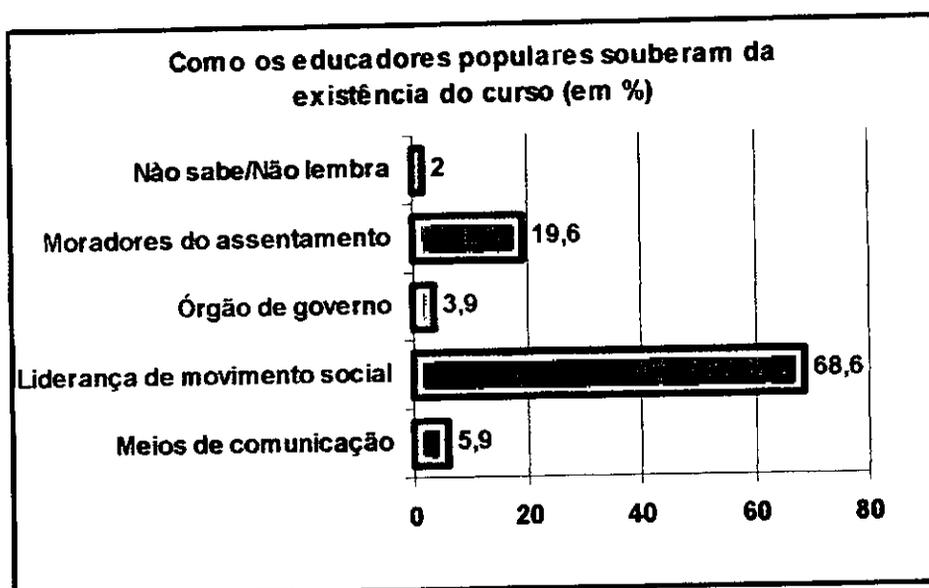
Observando-se os informantes que tinham entre 20 e 24 anos, e que representam um terço da amostra pesquisada, vê-se que a distorção idade-série é irrelevante, haja vista os educadores, em sua grande maioria, serem oriundos do meio rural sergipano, onde o número de escolas que proporcionam o acesso ao ensino fundamental completo (de 1ª a 8ª série) é ainda muito reduzido.

Os dados da pesquisa de campo revelaram, ainda, que mais da metade dos educadores entrevistados fizeram o ensino fundamental em escolas públicas localizadas nas cidades. Entretanto, é preciso ponderar que muitos deles estudaram, da primeira à quarta série, em escolas da zona rural, e, da quinta à oitava, em escolas situadas no meio urbano.

Outro dado representativo refere-se aos entrevistados que mencionaram outra opção. Isto significa que concluíram o ensino fundamental no meio rural pela realização do supletivo realizado pela Secretaria de Educação do Estado juntamente com o PRONERA. Em outras palavras, a formação anterior ao nível médio, para um expressivo número de educadores populares, foi obtida em escolas públicas rurais e urbanas.

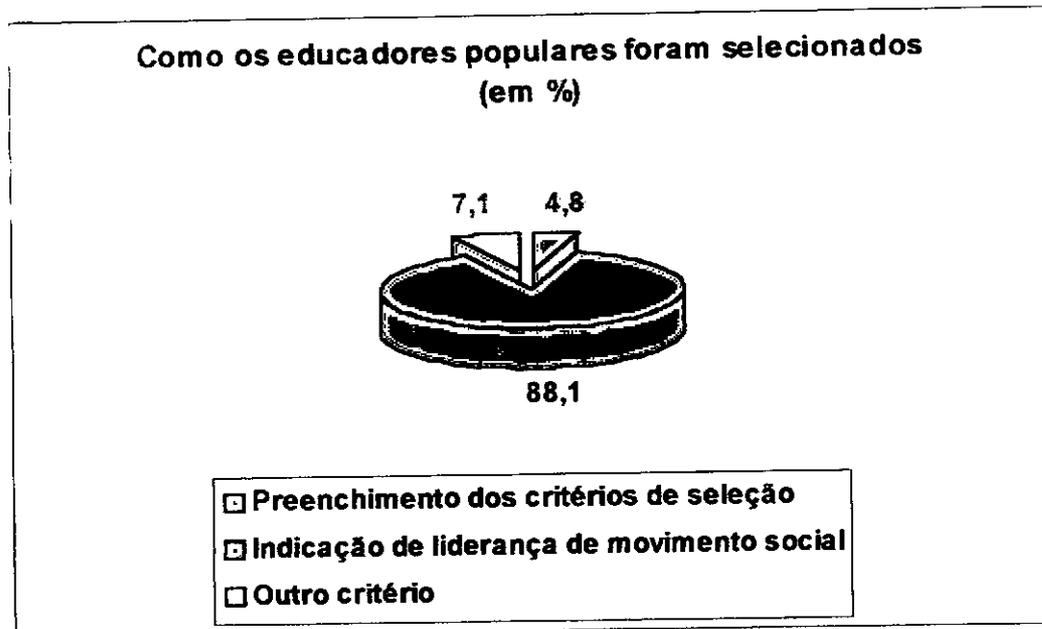


A forma como os educadores populares tomaram conhecimento da existência do curso foi basicamente através de lideranças do MST e/ou de outras pessoas que, embora ligadas ao Movimento, não poderiam ser consideradas como líderes: eram militantes ou simples simpatizantes. Para cerca de 20% dos entrevistados, foram moradores dos assentamentos, geralmente amigos ou vizinhos, que os informaram sobre o curso.



Essas formas de divulgação foram confirmadas pela coordenadora do curso junto à NEPA/UFS, para quem isto aconteceu pelo fato de a proposta do curso ter sido pensada visando atender exclusivamente monitores/alfabetizadores que já vinham lecionando nas escolas dos assentamentos controlados e/ou sob influência do MST.

Como desdobramento desse fato, ocorreu um processo de seleção dos alunos para fazer o curso orientado e conduzido tão somente pelo MST, isto é, as lideranças do Movimento tinham exclusividade na indicação dos nomes dos participantes. Mesmo levando-se em conta que a prioridade deveria ser dada àquelas pessoas que já estavam em sala de aula, como responsáveis pela execução do programa de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos, é possível que pessoas tenham sido preteridas em relação a outras, por não terem uma vinculação mais orgânica com o Movimento – uma ação militante ou de total concordância com determinadas posições da direção estadual ou dos coordenadores regionais, por exemplo.



que as informações colhidas sugerem é que não houve quaisquer critérios de seleção previamente determinados, a não ser estar trabalhando, naquele momento, como monitor/alfabetizador em áreas de reforma agrária. Assim, o nível de instrução do pretendente, por exemplo, não foi levado em consideração no processo seletivo. Daí porque a quase totalidade dos alunos encontrou muitas dificuldades para acompanhar o andamento do curso, implicando num baixo nível de aprovação: apenas três, dos 62 alunos que concluíram o curso, passaram direto, sem precisar fazer recuperação.

Por outro lado, o número médio de matérias que os alunos tiveram que fazer em segunda época foi de cinco disciplinas, chegando-se a ter uma quantidade expressiva de alunos que ficaram em recuperação em oito e até nove disciplinas.

Ressalte-se, ainda, que o curso de formação do educador popular chegou a ter, num determinado momento de seu funcionamento, 53 monitores/alfabetizadores oriundos do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Evidentemente, não se pode atribuir ao MST a responsabilidade pelo baixo nível de instrução dos alunos que participaram do curso, o que se refletiu nas inúmeras dificuldades que sentiram no acompanhamento e compreensão dos conteúdos das disciplinas e no sofrível rendimento que tiveram, como já mencionado anteriormente.

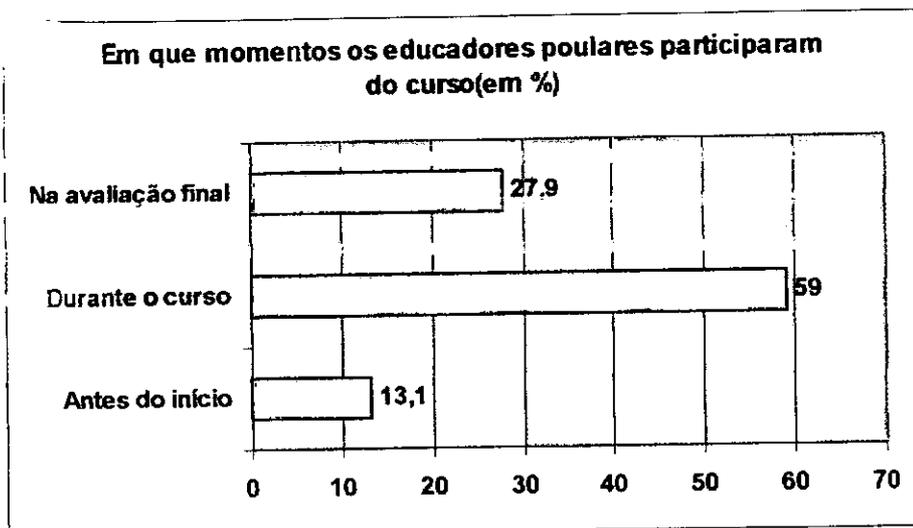
Até porque, mais da metade dos participantes do curso de educador popular, não haviam sequer concluído as últimas quatro séries do ensino fundamental (5 a 8 séries). Foram obrigados a se preparar para fazer o Supletivo e dar conta das tarefas do curso de formação do educador popular, concomitantemente.

Garantido junto a Secretaria de Estado da Educação, que os participantes do curso de educador popular pudessem fazer um Supletivo especial, submetendo-se às provas em datas não necessariamente coincidentes com as estabelecidas regularmente pela Secretaria para os exames daquela modalidade de curso, o NEPA/UFS criou uma espécie de aulas de reforço, como forma de prepará-los para o exame supletivo.

O fato de terem sido quase todos aprovados de primeira, ficando uns poucos para fazer novos exames de uma ou outra disciplina, trouxe uma elevação da auto-estima dos mesmos, cujo desdobramento foi o aumento da motivação que passaram a ter no decorrer do curso de educador popular. Sob esse ponto de vista, o processo de aceleração do conhecimento que tiveram nos dois anos em que participaram do curso, mais do que compensa eventuais deficiências que ainda apresentam, tornando menos grave as críticas que eventualmente possam ser feitas quanto ao fraco desempenho que tiveram.

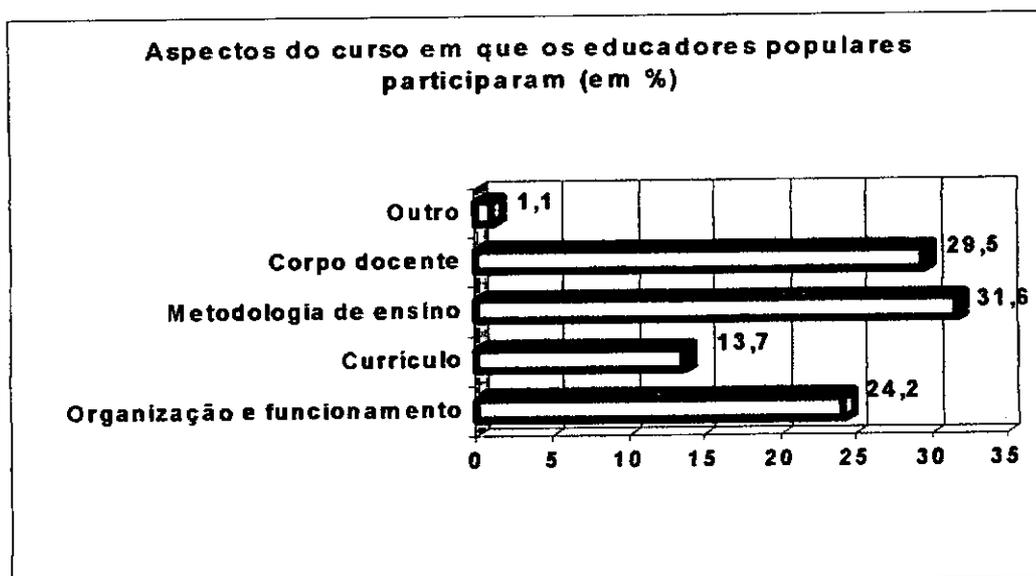
A participação dos alunos nas diversas atividades do curso foi efetivamente constatada, tanto pelos dados levantamentos no campo como pelas entrevistas realizadas com outros atores sociais vinculados à execução e acompanhamento do projeto. Mais de 90% dos entrevistados disseram que participaram do curso, dos quais 50% afirmaram ter feito isso inúmeras vezes; apenas 5% disseram não haver participado em momento algum.

Para 59% dos informantes, essa participação aconteceu durante a realização do curso, provavelmente, nos encontros presenciais, nas orientações de ensino, na discussão das formas de avaliação e na prática de ensino. 28% mencionaram ter participado na avaliação final do curso e, 13%, ainda quando a proposta do curso estava sendo elaborada, bem como definido o seu planejamento. Na verdade, o que se tem aqui, nesse caso, é um resultado que encobre um entendimento não muito claro, por parte dos entrevistados, à pergunta que lhes foi feita.

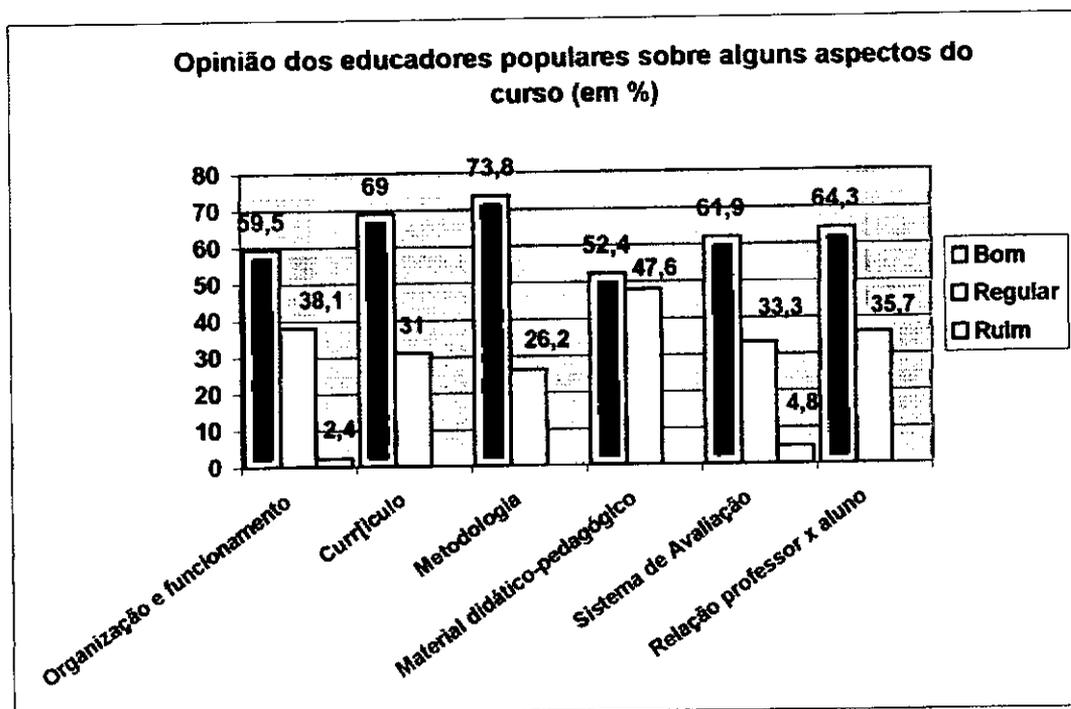


Segundo a coordenadora do projeto no NEPA/UFS, a proposta do curso foi construída integralmente pela equipe do Núcleo. Somente depois de pronta é que foi discutida com os responsáveis pelo setor de educação do MST. A participação dos alunos somente veio a acontecer quando houve a primeira reunião presencial, na abertura do curso, ocasião em que a equipe do NEPA/UFS apresentou o projeto, enfatizando seus objetivos, a metodologia de ensino e o conteúdo programático das disciplinas, etc., e convidando os alunos que iriam participar do curso a debatê-los.

Tanto é assim que a maioria dos entrevistados afirmou que sua participação se deu na discussão sobre a metodologia de ensino e sobre o corpo docente. A forma como o curso deveria ser organizado e o seu funcionamento, assim como a definição do currículo recebeu resposta afirmativa de 24% e 14% dos educadores populares inquiridos, respectivamente.



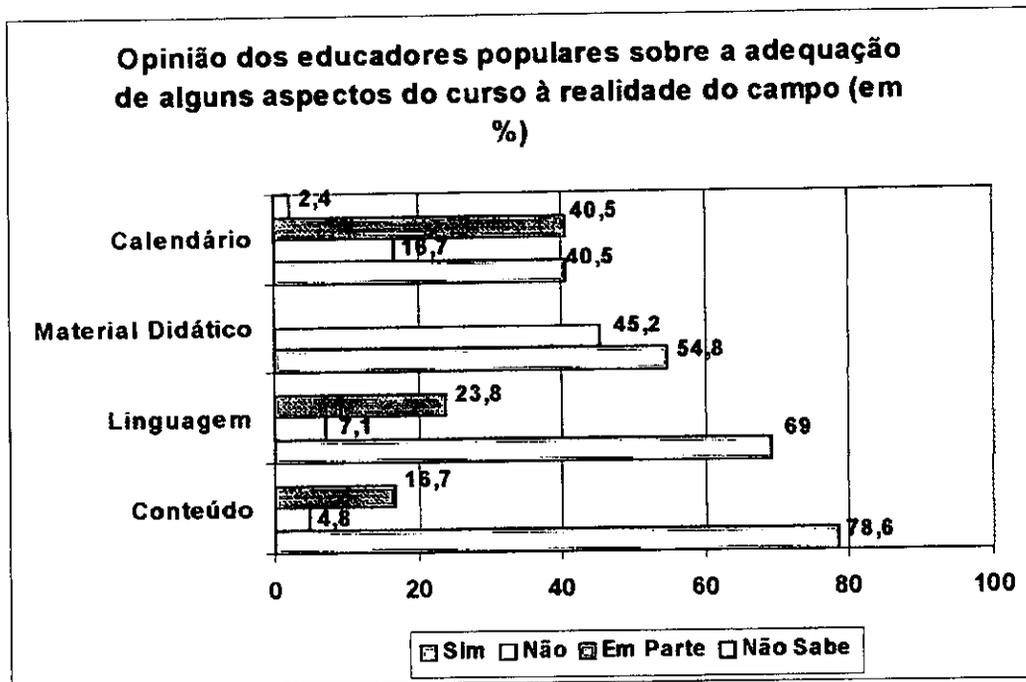
A percepção dos entrevistados sobre alguns elementos considerados importante para a análise dos resultados do curso pode ser considerada boa. Vista em conjunto, as respostas às seis variáveis escolhidas pela pesquisa tiveram aprovação de mais da metade dos entrevistados, variando de 52%, no caso do material didático-pedagógico, a 74%, quando o assunto tratado foi metodologia de ensino.



mesmo assim, parece ficar patente que modificações devem ser introduzidas numa futura proposta de continuidade desse tipo de curso, a se considerar as observações críticas e sugestões feitas por diferentes atores sociais envolvidos com o projeto, desde alunos até professores e coordenadores do curso, tanto do NEPA/UFS como dos responsáveis pelo setor de educação do MST.

A maneira como o curso foi dado, através de encontros semi-presenciais e o material didático-pedagógico utilizado, mereceram críticas contundentes, principalmente, da coordenadora do projeto no NEPA/UFS. Segundo ela, o perfil dos alunos que participaram do curso de formação do educador popular não se coadunava com o tipo de proposta que foi pensada.

Oriundos do meio rural, com baixo nível de escolarização, embora ricos em conhecimentos sobre a vida, os alunos encontraram muita dificuldade para estudarem sozinho e darem conta das tarefas que a eles eram passadas, ao retornarem para os assentamentos, após terem passado 20 dias no Centro de Capacitação Canudos. A cada módulo ministrado, onde recebiam os ensinamentos a partir de encontros regulares com os professores das disciplinas.



Após esses encontros presenciais, deveriam fazer, por si sós, em seus locais de moradia, a leitura dos cadernos de aprendizagem e cumprir as atividades passadas pelos professores, com o acompanhamento periódico de orientadores de aprendizagem, que, em tese, deveriam auxiliá-los, o que nem sempre aconteceu.

Problemas que iam desde a falta de recursos financeiros para que os alunos pudessem se deslocar até as sedes das coordenadorias regionais do MST a fim de participarem das reuniões com os orientadores, passando pelo comportamento autoritário de alguns dos responsáveis por ministrar as disciplinas e/ou acompanhar os alunos em suas atividades extra-curriculares.

A relação professor x aluno foi considerada boa por 64% dos entrevistados, e regular para os 36% restantes. Segundo informações recolhidas junto a alguns alunos e também em entrevista realizada com a coordenadora do curso, da equipe do NEPA/UFS, alguns professores, principalmente, de disciplinas obrigatórias de exigência do curso normal inclusive desligadas do curso, a exemplo das professoras de Física e Biologia. A primeira por pressão dos alunos e, esta última, teve sua saída para fazer o mestrado, comemorada pelos alunos, que já estavam se mobilizando para exigir o seu afastamento do curso.

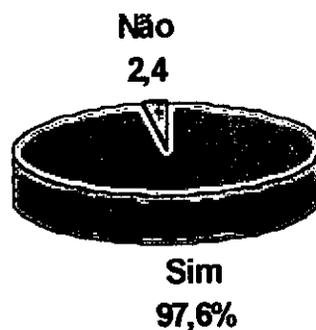


No que diz respeito à sintonia do curso com a realidade vivenciada pelos trabalhadores do campo, em seus múltiplos aspectos e singularidades, as respostas variaram muito, dependendo do tema que estava sendo abordado.

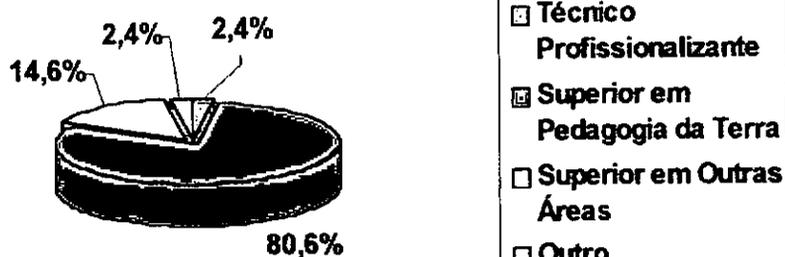
Entretanto, com exceção do calendário, que para 40% dos educadores populares entrevistados apenas em parte pode ser considerado adequado ao calendário agrícola, haja vista que em alguns momentos atividades de ensino coincidiram com o período de realização de algumas atividades agrícolas nos assentamentos, as demais variáveis foram consideradas como bem direcionadas em relação à realidade do campo.

O desejo de dar continuidade aos estudos foi manifestado pela quase totalidade dos entrevistados, apenas um deles respondeu que não pretendia seguir estudando. A expressiva maioria, representada por 80,6% dos educadores populares entrevistados, manifestou preferência por fazer o curso superior em Pedagogia da Terra, embora outros cursos superiores como os de Agronomia, História e Psicologia também tenham sido citados, embora em proporção muito menor.

**Intenção dos educadores populares em continuar os estudos (em %)**



**Curso que os educadores populares gostariam de fazer**



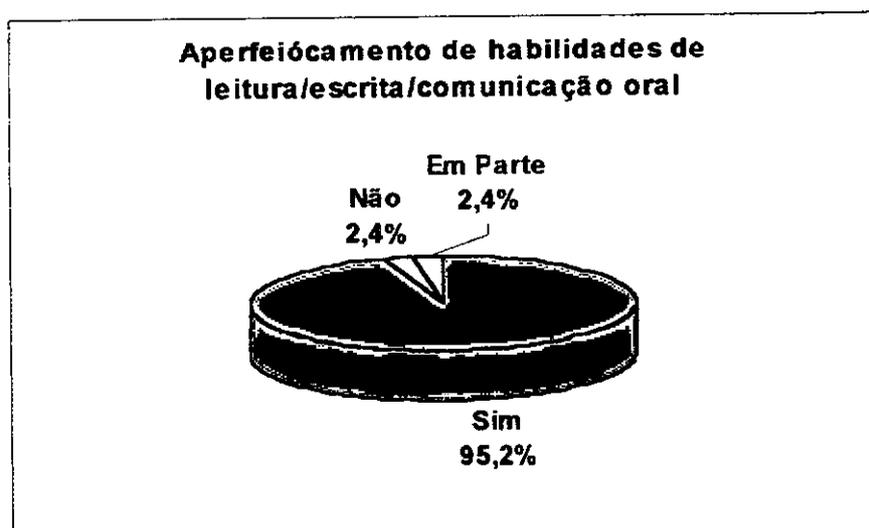
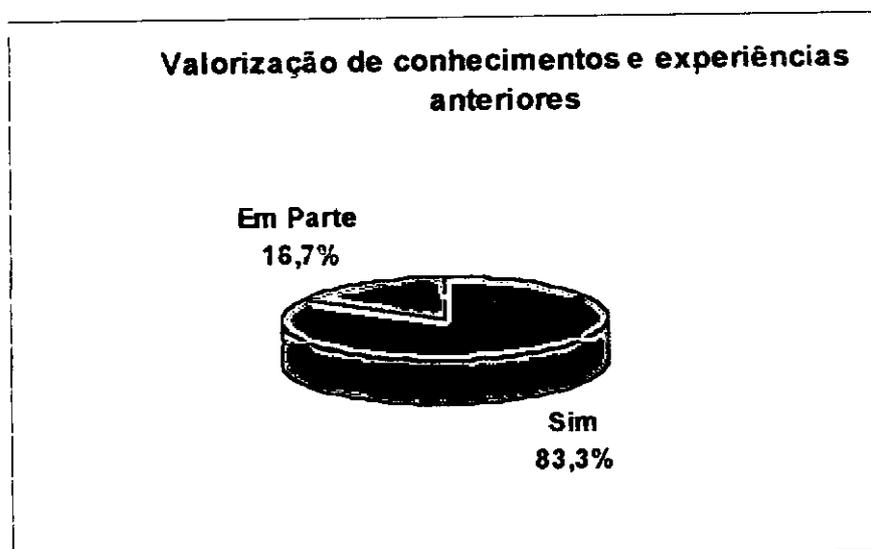
Ressalte-se que a escolha do curso Pedagogia da Terra pelos entrevistados não ser decorrente muito mais do intenso trabalho de divulgação feito pelas lideranças do MST, principalmente, por pessoas do setor de educação do Movimento, do que por uma opção conscientes, baseadas num conhecimento mais profundo do que vem a ser o curso, efetivamente.

Para uma das professoras envolvidas diretamente com o curso de formação do educador popular, isso acontece também porque o MST já vem tentando trazer o curso

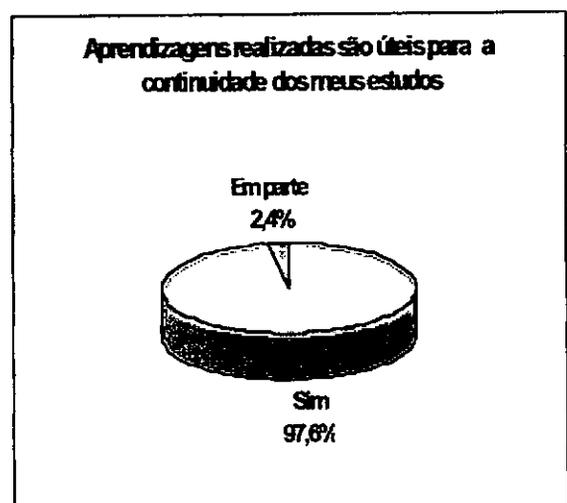
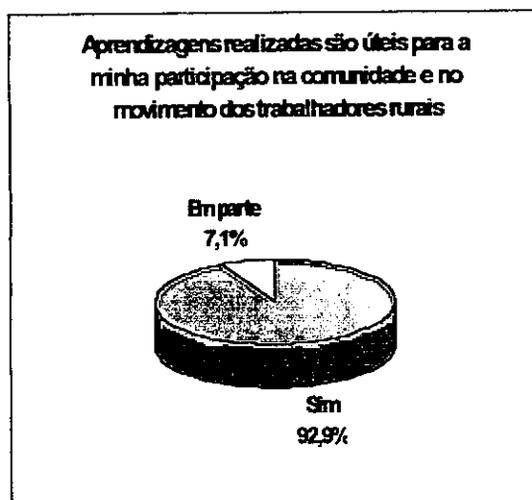
Projeto da Terra para Sergipe, inclusive, tendo conseguido que a equipe do projeto apresentasse o projeto, o qual já está pronto, esperando somente a ocasião oportuna para apresentá-lo aos órgãos financiadores.

De maneira geral, a opinião de quase cem por cento dos entrevistados, é que o curso de formação do educador popular do qual participaram cumpriu com um grau relativamente bom de sucesso os seus objetivos.

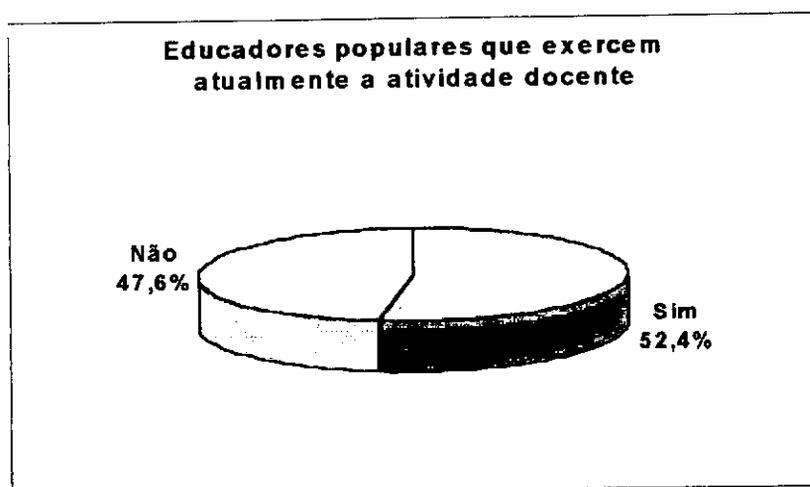
Para 83% dos entrevistados o curso valorizou os conhecimentos e experiências de que já eram portadores; 95% afirmaram que o curso melhorou suas habilidades de escrita, leitura e comunicação oral; cem por cento disseram ter adquirido novos conhecimentos sobre a sociedade e a natureza; para 98% o curso lhes trouxe novos conhecimentos sobre processos educativos; e 86% consideram que agora possuem um nível de consciência maior do que antes, sobre questões econômicas, sociais, políticas e ambientais.



Por outro lado, mais de 90% consideraram como de bastante utilidade os conhecimentos apreendidos durante o curso tanto para a continuidade dos seus estudos como para a execução das atividades que desempenham no dia-a-dia do assentamento, sejam elas relacionadas com a produção ou com outras mais voltadas para o convívio em comunidade, de prática social. O mesmo sucede com a participação deles na comunidade e no movimento dos trabalhadores rurais: 93% reconhecem que as aprendizagens realizadas foram úteis para se posicionarem melhor sobre essas questões e orientá-los em suas ações, quando necessárias.

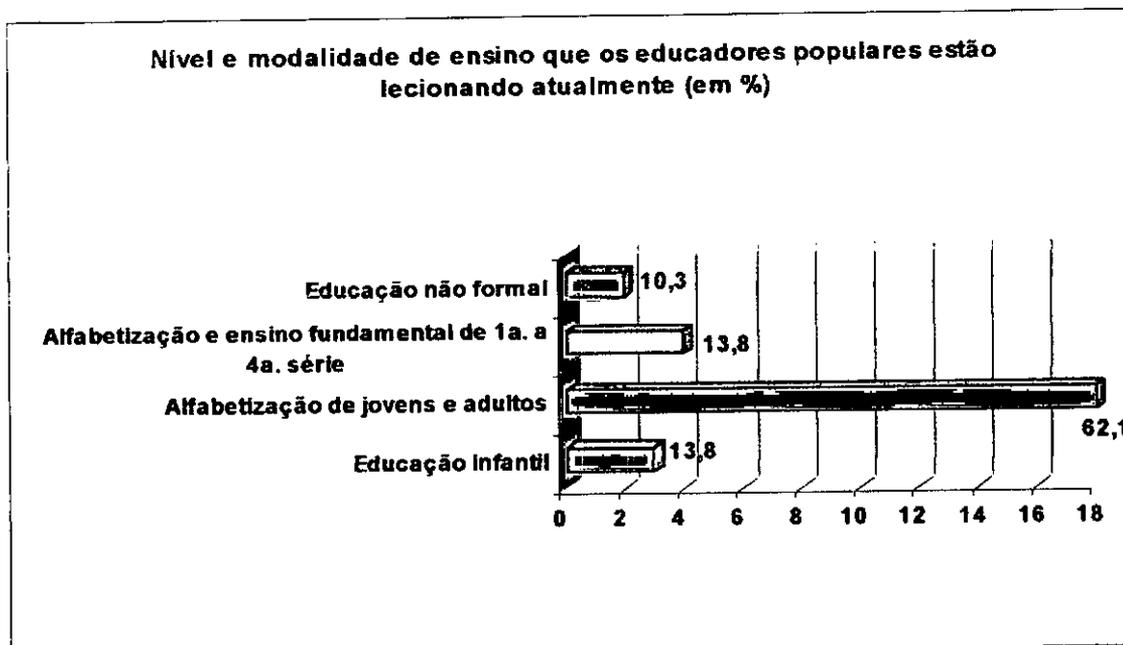


Após a conclusão do curso de formação do educador e o retorno às suas áreas de origem, observou-se que, atualmente, pouco mais da metade deles se encontram em sala de aula. 62% dos quais atuando como monitores do Programa Brasil Alfabetizado, cujo suposto objetivo é de combater o alto índice de analfabetismo existente entre os jovens e adultos brasileiros. Os 48% restantes estão fora da sala de aula, esperando a reativação do Projeto de Educação de Jovens e Adultos do PRONERA – EJA, ou que concursos públicos venham a serem abertos pelos municípios, a fim de que possam neles se inscrever.



Dos educadores que, por ocasião da pesquisa de campo, estavam exercendo atividade docente, 78% deles lecionavam para classes de alfabetização de jovens e adultos em escolas comunitárias dos assentamentos ou espaços existentes nos centros comunitários, onde eram ministradas as aulas; 22% estavam vinculados à rede de municipal de ensino no meio rural, através de contratos temporários com a prefeitura do município.

É importante ressaltar que com a paralisação do Projeto de Educação de Jovens e Adultos do PRONERA – EJA a quase totalidade dos educadores populares ficou sem emprego. O surgimento do Programa Brasil Alfabetizado, vinculado ao Ministério da Educação, trouxe um certo alento aos que nele conseguiram se engajar, embora muitos demonstrem preocupações com relação ao futuro, pois não sabem se o referido programa constitui uma proposta de caráter permanente.



## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de formação do educador popular de nível médio, implementado em áreas de reforma agrária do estado de Sergipe surgiu de uma demanda do MST, recebendo o apoio da Coordenação Nacional do PRONERA e da Universidade Federal de Sergipe – UFS, que através do NEPA, elaborou o projeto, submetendo-o, depois, à discussão com o Movimento e encaminhando-o ao INCRA, visando obter financiamento.

Foi pensado para ser ministrado num prazo de dois anos, através de quatro módulos, o que não aconteceu, em virtude de atraso no repasse de parcelas do financiamento por parte do INCRA, como também pelo elevado número de alunos que ficaram em recuperação, fazendo com que o curso se estendesse por mais oito meses.

A proposta pedagógica que foi seguida, tendo a modalidade de ensino semipresencial como a norteadora das ações educativas, embora tivesse a louvável preocupação de conciliar o trabalho por eles desenvolvidos nos assentamentos com as atividades escolares, pode ser considerada como a principal responsável pelas dificuldades enfrentadas pelos alunos durante o curso. Por exemplo, os encontros presenciais tinham

uma duração muito reduzida, de 10 a 15 dias corridos, em sala de aula, durante os três turnos. o que acabava por cansar em demasia os alunos, haja vista o excessivo conteúdo das disciplinas que eram obrigados a absorver. Sem contar com os trabalhos e/ou atividades que deveriam ser entregues de um dia para o outro.

Outro desafio dizia respeito à aprendizagem dos alunos nas disciplinas como Sociologia, Filosofia e Antropologia. A falta de familiaridade e capacidade de entendimento dos conteúdos das referidas disciplinas, dado o seu nível de escolarização anterior, impedia o entendimento do que estava sendo tratado em sala de aula.

Com relação à prática dos estudos individuais, como muito alunos estavam havia anos fora de sala de aula estes apresentaram dificuldade em responder as atividades proposta pelo Caderno de Aprendizagem. Não dando conta das tarefas que lhes eram exigidas pelos professores, uma vez que grande parte deles ficou muito tempo sem estudar; o que ocasionou dificuldades de assimilação e interpretação das questões a serem respondidas. Sem contar a falta de tempo disponível para estudar, dadas as suas obrigações diárias no assentamento – como monitor, trabalhador rural, militante de movimento social, etc. Situação esta que era muito mais grave no caso das mulheres, obrigadas ainda a cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos,

A saída dos orientadores de aprendizagem na metade do curso, responsáveis pelo acompanhamento do desempenho dos alunos, avaliando-os e, ao final de cada módulos informando a coordenação sobre os avanços que apresentaram, é vista de maneira diferente pelos alunos e pela coordenação do curso. Enquanto para aqueles, foi uma perda, pois ficaram sem ter a quem recorrer em suas dúvidas, para a coordenação, a saída deles foi motivo de alívio, pois vinham apresentando resistência em aplicar os Cadernos de Aprendizagem escritos por um outro professor. Preferiam, então, trabalhar com outras metodologias, o que confundia ainda mais os alunos. Por outro lado, a falta de recursos financeiros para o deslocamento destes orientadores às regiões, contribuiu para dificultar ainda mais o bom andamento do projeto, a ponto de ser suspensa essa atividade.

Apesar de formalmente ser considerado como tendo a participação de vários parceiros, na realidade o curso teve como agentes ativos apenas o NEPA/UFS e o MST, que acompanharam regularmente o andamento das atividades desenvolvidas, tanto nas salas

de aula como nas supervisões às atividades de leituras orientadas. Os demais participantes, pouco ou nenhuma presença tiveram no funcionamento do curso.

Mesmo o INCRA, que foi a instituição financiadora do projeto, praticamente se limitou a repassar os recursos e a participar de algumas reuniões presenciais, e a visita de alguns técnicos que atuavam nas áreas às salas de aula. Porém, sem emitir qualquer opinião quanto a eventuais problemas que ocorreram durante a implementação do projeto, e menos ainda em sugerir medidas que pudessem solucioná-los.

Apesar da boa vontade da asseguradora do projeto, esta nada podia fazer para contornar os problemas de atraso nos repasses dos recursos financeiros, que fizeram com que o curso tivesse estendido o prazo de conclusão, sem falar nas questões metodológicas e de conteúdo, haja vista o seu insuficiente conhecimento sobre a questão educacional, pelo fato de não possuir formação na área.

Professores que usaram de sua autoridade para pressionar ou intimidar alunos, ameaçando-os de reprovação caso questionasse o seu método de ensino, e a forma autoritária com que se conduziam em sala de aula, também foram mencionados, tanto por alunos como por outros atores sociais entrevistados.

Entretanto, a despeito dos inúmeros problemas verificados no decorrer do curso, é inegável que ele trouxe ganhos importantes para os assentados que dele participaram. Seus principais objetivos, que eram proporcionar a formação mínima dos conteúdos básicos dos fundamentos e métodos do ensino aos monitores/alfabetizadores, ao mesmo tempo em que visavam despertar uma consciência crítica da realidade dos trabalhadores do campo, instrumentalizando-os teoricamente para que pudessem refletir sobre sua prática docente, foram satisfatoriamente alcançados pelo projeto.

Constatou-se que muitos dos educadores populares formados se inscreveram em concursos públicos nos seus municípios de origem, foram aprovados, e, atualmente, exercem o magistério. Alguns deles, inclusive, nos próprios assentamentos onde residem, lecionando para classes de alfabetização e/ou em projetos de educação de jovens e adultos.

Outros, embora ainda não tenham tido essa oportunidade, conseguiram se integrar como docentes em projetos especiais de educação, a exemplo do Brasil Alfabetizado.

Sem contar que três alunos formados pelo curso de educador popular foram aprovados no vestibular especial para o curso de graduação em Engenharia Agrônômica da

UFS. e uma aluna está em São Paulo, onde atua como professora de alfabetização na Escola Nacional do MST.

Em síntese, o curso de formação do educador popular representou a oportunidade de qualificação não somente dos 62 assentados que concluíram o curso, como também daqueles que não lograram êxito, mas que foram beneficiados com a conclusão do ensino fundamental, elevando o seu nível de escolaridade. Despertando neles uma consciência crítica sobre o processo educacional e sua relação com a sociedade e a natureza, de modo a contribuir na sua atuação política enquanto educador e cidadão.

## 6 - BIBLIOGRAFIA

CADERNO DE FORMAÇÃO Nº18. O que queremos com as Escolas dos Assentamentos. 2.º ed. São Paulo, Ed. Cortez, 1996.

CADERNOS UFS DE EXTENSÃO – Série Estudos Rurais. I Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA, em Sergipe. PROEX/UFS, Vol. II, Fasc. 1. Editora UFS, 2000

CINTRA, Mª da Conceição Barbosa. A Trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST) EM SERGIPE – 1985 a 1997. (Dissertação de Mestrado) Recife, 1999.

INCRA/SE. Convênio do Curso de Formação do Educador Popular em Áreas de Reforma Agrária de Sergipe. mimeo. Aracaju. 29/12/2000.

\_\_\_\_\_ I Termo Aditivo ao Convênio do Curso de Formação do Educador Popular em Areas de Reforma Agrária de Sergipe. Mimeo, Aracaju, 21/12/2001.

\_\_\_\_\_ II Termo Aditivo ao Convênio do Curso de Formação do Educador Popular em Areas de Reforma Agrária de Sergipe. Mimeo, Aracaju, 16/12/2002.

\_\_\_\_\_ III Termo Aditivo ao Convênio do Curso de Formação do Educador Popular em Areas de Reforma Agrária de Sergipe. Mimeo, Aracaju, 27/08/2003.

JESUS, Sonia Meire S. A de e outros. Relatório Técnico do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos em áreas de assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária no Estado de Sergipe. Projeto de Ensino e Extensão, NEPA/DED/PROEX- UFS;

FAPESE. Financ. FAT/ Ministério do Trabalho: Governo do Estado de Sergipe. Aracaju-SE. 1997.

LIMA, A. C. dos Santos. "Pronera e o seu impacto nos assentamentos rurais Jacaré-Curituba e Nossa Senhora Santana", UFS-Sergipe, 2002 (Monografia do curso graduação).

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe. EDUFS, Aracaju, 1997.

NEPA/UFS. Relação dos alunos matriculados no Curso de Formação do Educador popular. Mimeo, s.d.

\_\_\_\_\_. Relação dos alunos desistentes e em recuperação. Mimeo, s.d.

\_\_\_\_\_. Relação dos alunos novos que entraram em substituição aos desistentes. Mimeo, s.d.

\_\_\_\_\_. Projeto de Formação do Educador Popular, No Ensino Normal em Nível Médio. em Áreas de Reforma Agrária. São Cristóvão. 2003.

SANTOS. A. F. da Silva & JESUS. V. O Estágio de Serviço Social no Pronera: Uma experiência pioneira, UFS-Sergipe, 2002. (Relatório de Estágio da graduação)

PROJETO DE FORMAÇÃO DO Educador Popular: Uma experiência de formação de monitores para o Magistério em Áreas de Reforma Agrária do Estado de Sergipe. NEPA/UFS/PAPESE/INCRA. 2000.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porto Alegre. Julho de 1996.

RELATÓRIO Técnico/ FAPESE. Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão do Estado de Sergipe. Aracaju-SE. Abril 2001.

RELATÓRIO Técnico/ FAPESE. Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão do Estado de Sergipe. Aracaju-SE. Julho 2001.

RELATÓRIO Técnico/ FAPESE. Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão do Estado de Sergipe. Aracaju-SE. Outubro 2001.



Porto da Folha	1	2,4
Santa Luzia do Itanhv	1	2,4
São Cristóvão	1	2,4
Simão Dias	2	4,8
Tomar do Geru	2	4,8
Total (19)	42	100,0

**Tabela 3 – Amostra dos questionários aplicados por região**

Região	Freqüência	%
Sertão	15	35,7
Agreste	6	14,3
Sul	12	28,6
Norte	4	9,5
Metropolitana	5	11,9
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 4 - Sexo dos educadores populares entrevistados**

Sexo	Freqüência	%
Masculino	16	38,1
Feminino	26	61,9
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 5 – Distribuição dos educadores segundo a faixa etária**

Faixa Etária	Freqüência	%
15 a 19 anos	3	7,1
20 a 24 anos	14	33,3
25 a 29 anos	13	31,0
30 a 39 anos	10	23,8
40 a 49 anos	2	4,8
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 6 - Cor da pele dos educadores populares entrevistados**

Cor da pele	Freqüência	%
Branca	4	9,5
Preta	6	14,3
Parda	25	59,5
Amarela	4	9,5
Indígena	1	2,4
Outra	2	4,8
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 7 - Formação dos educadores populares, anterior ao ensino médio**

Rede de ensino	Frequência	%
Escola pública no meio rural	9	21,4
Escola pública no meio urbano	23	54,8
Escola agrotécnica	1	2,4
Outra	9	21,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004.

Obs.: Alguns entrevistados fizeram da 1ª. a 4ª. série em escolas do meio rural e, da 5ª. a 8ª. no meio urbano.

**Tabela 8 - Como soube da existência do curso**

Discriminação	Frequência	%
Meios de comunicação	3	5,9
Liderança do movimento social	35	68,6
Órgão do governo	2	3,9
Moradores do assentamento	10	19,6
Não sabe/Não lembra	1	2,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004 (n=51)

Resposta múltipla

Obs.: Casos de pessoas que eram do movimento, mas não necessariamente lideranças.

**Tabela 9 - Como foi selecionado para o curso**

Crítérios de seleção	Frequência	%
Por inscrição e preenchimento dos critérios de seleção	2	4,8
Por indicação da liderança do movimento	37	88,1
Por outro critério de seleção	3	7,1
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 10 - Participação dos alunos na formulação ou no planejamento do curso**

Participação	Frequência	%
Sim, muitas vezes	18	42,9
Sim, algumas vezes	21	50,0
Não participaram	2	4,8
Não sabe	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 11 - Em que momento participaram**

Discriminação	Frequência	%
Antes do início, na elaboração ou no planejamento	8	13,1
Durante o curso	36	59,0
Na avaliação ao final do curso	17	27,9

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004 (n=39)

Resposta múltipla.

**Tabela 12 - Sobre que aspecto participaram?**

Discriminação	Frequência	%
A organização e funcionamento do curso	23	59,0
O currículo do curso	13	33,7
A metodologia de ensino do curso	30	76,9
Sobre o corpo docente do curso	28	71,8
Outro	1	2,6

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004 (n=39)  
resposta múltipla

**Tabela 13 - Organização e funcionamento do curso**

Discriminação	Frequência	%
Bom	25	59,5
Regular	16	38,1
Ruim	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 14 - Opinião dos educadores populares sobre o currículo**

Discriminação	Frequência	%
Bom	29	69,0
Regular	13	31,0
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 15 - Opinião dos educadores populares sobre a metodologia**

Discriminação	Frequência	%
Bom	31	73,8
Regular	11	26,2
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 16 - Opinião dos educadores populares sobre o material didático-pedagógico**

Discriminação	Frequência	%
Bom	22	52,4
Regular	20	47,6
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 17 - Opinião dos educadores populares sobre o sistema de avaliação**

Discriminação	Frequência	%
Bom	26	61,9
Regular	14	33,3
Ruim	2	4,8
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 18 - Opinião dos educadores populares sobre a relação professor x aluno**

Discriminação	Freqüência	%
Bom	27	64,3
Regular	15	35,7
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 19 - Opinião dos educadores populares sobre a adequação do conteúdo à realidade do campo.**

Discriminação	Freqüência	%
Sim	33	78,6
Não	2	4,8
Em parte	7	16,7
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 20 - Opinião dos educadores populares sobre a adequação da linguagem à realidade do campo.**

Discriminação	Freqüência	%
Sim	29	69,0
Não	3	7,1
Em parte	10	23,8
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 21 - - Opinião dos educadores populares sobre a adequação do material didático à realidade do campo,**

Discriminação	Freqüência	%
Sim	23	54,8
Em parte	19	45,2
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 22 - - Opinião dos educadores populares sobre a adequação do calendário escolar à realidade do campo,**

Discriminação	Freqüência	%
Sim	17	40,5
Não	7	16,7
Em parte	17	40,5
Não sabe	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 23 - Educadores populares entrevistados que pretendem continuar os estudos**

Discriminação	Freqüência	%
Sim	41	97,6
Não	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 24 - Curso que os entrevistados gostariam de fazer**

Curso	Frequência	%
Técnico profissionalizante	1	2,4
Curso superior em pedagogia da terra	33	78,6
Curso superior em outras áreas	6	14,6
Outro	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

Obs.: Outros cursos: Agronomia (3), História (2) e Psicologia (1).

**Tabela 25 - Valorização de conhecimentos e experiências anteriores**

Discriminação	Frequência	%
Sim	35	83,3
Em parte	7	16,7
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 26 - Opinião dos entrevistados se o curso lhes proporcionou o aperfeiçoamento de habilidades da leitura, escrita e comunicação oral**

Discriminação	Frequência	%
Sim	40	95,2
Não	1	2,4
Em parte	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 27 - Aquisição de novos conhecimentos sobre a sociedade e a natureza**

Discriminação	Frequência	Percent
Sim	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 28 - Aquisição de novos conhecimentos sobre processo educativos**

Discriminação	Frequência	Percent
Sim	41	97,6
Não sabe	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 29 - Ampliação da consciência sobre as questões sociais, econômicas, políticas e ambientais**

Discriminação	Frequência	%
Sim	36	85,7
Não	1	2,4
Em parte	4	9,5
Não sabe	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 30 - Aprendizagens realizadas são úteis para a continuidade dos meus estudos**

Discriminação	Frequência	%
Sim	41	97,6
Em parte	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 31 - Aprendizagens realizadas são úteis para o meu trabalho no assentamento**

Discriminação	Frequência	%
Sim	40	95,2
Em parte	2	4,8
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 32 - Aprendizagens realizadas são úteis para a minha participação na comunidade e no movimento dos trabalhadores rurais**

Discriminação	Frequência	%
Sim	39	92,9
Em parte	3	7,1
Total	42	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 33 - Exerce atualmente atividade docente**

Discriminação	Frequência	%
Sim	22	52,4
Não	20	47,6
Total	42	100,0

Fonte: Ação Educativa/UFS - Pesquisa de campo, fev/2004

**Tabela 33 - Nível e modalidade de ensino**

Discriminação	Frequência	%
Educação infantil	3	10,3
Alfabetização de jovens e adultos	18	62,1
Alfabetização e ensino fundamental de 1a a 4a.Série	4	13,8
Educação não formal	4	13,8
Total	29	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004.

**Tabela 34 - Tipo de instituição**

Discriminação	Frequência	%
Escola da rede de ensino municipal no me	5	21,7
Escola comunitária no assentamento ou ac	18	78,3
Total	23	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, fev/2004.